

63  
338.4  
BAZ

EXT.R-54

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHÁRIA FLORESTAL  
DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E PROTECÇÃO VEGETAL  
SECCÃO DE ECONOMIA E EXTENSÃO RURAL**

BAZ 4

18454

**Tese de Licenciatura**

**TITULO: ESTUDO DO IMPACTO DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE ALIMENTOS NOS  
IDOSOS VULNERÁVEIS DA CIDADE DE MAPUTO: Uma Comparação de Níveis de Consumo  
entre Participantes e Não-Participantes**

**SUPERVISORA: Doutora Jan Low**

**AUTOR: Geral Abílio Bazo**

Maputo, Julho de 1998

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha supervisora Doutora Jan Low, pela orientação, paciência e compreensão que me dispensou no decorrer do presente trabalho de diploma e pelos valiosos ensinamentos.

À Directora do DPDS do Ministério de Plano e Finanças, Doutora Victória Ginja e a sua equipa de trabalho pelo apoio técnico e material.

Ao Engenheiro Abú Jone por tudo.

À Engenheira Cristina Matuse e Virgolino Nhate, pelos apoios na codificação dos dados e sugestões na análise.

Ao Senhor Director Borges, Delegado Fabião Justino Bahule, senhor João Guirenngane, senhora Felizmina Paxicho, senhor Baptista Cuambe e outros funcionários do INAS pelo apoio técnico durante o trabalho de Campo.

Aos activistas e todos os permanentes dos distritos Urbanos II e IV pelo apoio prestado de diferentes formas durante a recolha de dados.

A Célia Marisa Gomes da Trindade pela privacidade que passou no decorrer deste trabalho.

Aos meus colegas Lúcia Luciano Mendes, Fernando Manucua, Guilhermina Amurane pelo apoio prestado de diferentes formas durante a minha carreira estudantil.

Aos meus familiares e amigos, em particular, os meus tios Abílio Mariano e Francisco Furuma e minhas irmãs pelo encorajamento e apoio, ao longo da minha carreira estudantil, tornando deste modo a realização deste trabalho.

## DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho à memória dos meus pais Emília Mariano Mugaua e Abílio Gímo Bazo.

## ÍNDICE

|  |               |
|--|---------------|
| <b>AGRADECIMENTOS</b> .....  | <b>i</b>      |
| <b>Dedicatória</b> .....   | <b>ii</b>     |
| <b>Lista de Tabelas</b> .....  | <b>iii-iv</b> |
| <b>Lista de Gráficos</b> .....   | <b>v</b>      |
| <b>Lista de Anexos</b> .....   | <b>vi</b>     |
| <b>Lista de Abreviaturas</b> .....   | <b>vii</b>    |
| <b>Resumo</b> .....  | <b>viii</b>   |
| <br>   |               |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>1</b>      |
| 1.1. Natureza de Estudo.....   | 1             |
| 1.2. GAPVU Como Programa de Transferência-Caixa.....   | 1             |
| 1.2.1. Antecedentes de GAPVU.....  | 1             |
| 1.2.2. Integração do Idoso no Programa.....  | 3             |
| 1.3. INAS e a "Nova Filosofia".....  | 4             |
| 1.4. Descrição de problema.....  | 5             |
| 1.5. Objectivos de trabalho.....   | 8             |
| 1.6. Importância da pesquisa.....  | 8             |
| <br>   |               |
| <b>2. ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICOS</b> .....  | <b>10</b>     |
| 2.1. O Conceito da pobreza e problemas de Medição.....   | 10            |
| 2.2. Medição de Bem-Estar.....   | 10            |
| 2.3. Rendimentos Versus Consumo.....   | 11            |
| 2.4. Consumo Como Uma medida de Bem - Estar.....   | 14            |
| 2.4.1. Alimentação.....  | 14            |
| 2.4.1.1. Factores que Determinam o Acesso ao Alimento e Bem-Estar Nutricional.....               | 15            |
| 2.5. Equivalente "Per capita" e "Por Adulto Equivalente".....                                    | 16            |
| 2.6. Programas de Transferências de Rendimentos como Medida Política para Reduzir a Pobreza..... | 17            |
| 2.6.1. Transfêrencia de dinheiro.....  | 18            |
| <br>   |               |
| <b>3. METODOLOGIA</b> .....  | <b>21</b>     |
| 3.1. Área de Estudo.....   | 21            |
| 3.2. Consulta de dados Secundários.....  | 21            |
| 3.3. Entrevistas Informais.....  | 22            |
| 3.3.1. <i>Entrevista com informantes chaves</i> .....  | 22            |
| 3.3.2. <i>Entrevista com beneficiarios e não beneficiarios</i> .....                             | 22            |
| 3.4. Entrevista Formal.....  | 22            |
| 3.5. Selecção da Metodologia para Recolha de Dados de Consumo e Despesas.....                    | 23            |
| 3.5.1. List-Recall Método ( Método de recordar- Listar).....                                     | 24            |
| 3.5.2. 24-Hour Food Recall Method (Método de Recolher o Consumo Alimentar durante 24 horas.....  | 25            |
| 3.6. Análise Estatística.....  | 26            |
| <br>   |               |
| <b>4. ESTADO ACTUAL DE SUBSÍDIO DE ALIMENTOS</b> .....   | <b>27</b>     |
| 4.1. Observações Gerais.....   | 27            |
| 4.2. Descrição dos Critérios e Meios de verificação.....   | 28            |
| 4.3. Perfil da Amostra.....  | 29            |
| 4.3.1. Demográfico.....  | 29            |

|  |           |
|--|-----------|
| 4.3.1.1. Comparação do tamanho AFs Participantes e Não-Participantes.....                  | 32        |
| 4.3.2. Características de Habitação e Fontes de Rendimento.....                            | 33        |
| 4.3.3. Pensão.....   | 36        |
| 4.4. Programa de subsídio de Alimento na comunidade .....                                  | 36        |
| 4.4.1. O Conhecimento de programa na comunidade.....                                       | 36        |
| 4.4.2. Obtenção e Uso de Subsídio.....   | 38        |
| 4.5. Comparação de Nível dos Beneficiários e Não Beneficiários de Subsídio de Alimento ... | 40        |
| 4.5.1. Padrões de Consumo Alimentar Durante 24 Horas.....                                  | 45        |
| 4.5.2. Acesso Alimentar Versus disponibilidade de Recursos.....                            | 49        |
| 4.5.3. Algumas Alternativas no Consumo do Idosos Segundo a Seu Cabaz Típico.....           | 54        |
| 4.6. Outras fontes de ajuda dos idosos.....  | 56        |
| <br>   |           |
| <b>5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES.....</b>  | <b>58</b> |
| 5.1. Principais constrangimentos.....  | 60        |
| 5.2. Conclusões.....   | 62        |
| <br>   |           |
| <b>6. RECOMENDAÇÕES.....</b>   | <b>64</b> |
| <br>   |           |
| <b>7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>  | <b>66</b> |

**Anexos**

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela-1: Quantidade de calorias mínimas necessários segundo Wiliams (1988) dos diferentes grupos em função de género.....   | 17 |
| Tabela-2: Total de Beneficiários por cidade por grupo alvo.....  | 27 |
| Tabela-3: Percentagem das Características dos Idosos e Idosas Entrevistados .....  | 30 |
| Tabela-4: Estado de saúde dos idosos Participantes e Não-Participantes entrevistados .....   | 31 |
| Tabela-5: Percentagem dos Idosos (as) Participantes e Não-Participantes Portadores das seguintes Deficiências.....   | 31 |
| Tabela-6: Médias e Percentagem da Idade dos Membros por Agregados Familiares Incluindo o test de t para verificar se existe uma diferença significativa.....                     | 33 |
| Tabela-7: Percentagem de Agregados Familiares com posse de casa alugada e valores Mínimo, Máximo e Médio Mensal.....   | 33 |
| Tabela-8: Condição da casa dos Idosos dada em percentagem dos agregados familiares que tem as seguintes características.....   | 34 |
| Tabela-9: Frequência e as Respectivas Percentagem dos agregados Familiares Participantes e Não-Participantes com a pratica das seguintes Actividades.....                        | 35 |
| Tabela-10: Formas como os Idosos Conheceram o Programa de GAPVU dada em ferquencia e a respectiva percentagem.....   | 37 |
| Tabela-11: Nível de conhecimento dos Idosos Participantes e Não-Participantes Entrevistados sobre os critérios de elegibilidade.....   | 38 |
| Tabela-12: Percentagem de Valor de Despesas efectuadas pelos idosos Participantes na Base de Ultimosubsídio nas diferentes Áeras Sociais e na compra de alguns bens básicos..... | 39 |
| Tabela-13: Diferentes Respostas obtidas pelos Idosos Não-Participantes na candidatura.....   | 40 |
| Tabela-14: Percentagem de Total de Refeições Passadas por Agregados familiares durante 24 horas.....   | 41 |
| Tabela-15: Valor Total de Consumo Durante as Ultimas 24-Horas em (MT), Valor Per Capita e Por Adulto.Equivalente .....   | 42 |
| Tabela-16: Total de Calorias Consumidos nas Ultimas 24 Horas em (Cal) Por Agregado Familiar, Calorias Per Capita e Por Adulto Equivalente e Test de t.....                       | 42 |

|  |    |
|--|----|
| Tabela-17: Percentagem de Gastos Totais de Consumo Diário Proveniente das diferentes Fontes do Agregado Familiar.....  | 44 |
| Tabela-18: Percentagem de Agregados Familiares Que Usou o Dinheiro de Subsídio de Alimentos na Compra de Alimentos nas Ultimas 24 Horas.....   | 45 |
| Tabela-19: Percentagem das Despesas Totais Gastas nos Diferentes Ingredientes ao nível dos Idosos dos Agregados Não-Participantes.....   | 46 |
| Tabela-20: Percentagem de Calorias Totais Provenientes dasdos Diferentes Ingredientes ao nível dos Agregados Familiares Não-Participantes.....   | 47 |
| Tabela-21: Percentagem das Despesas Totais Gastos nos Diferentes Ingredientes Consumidos em 24 Horas ao nível dos Agregados familiares Participantes.....  | 48 |
| Tabela-22: Percentagem de Calorias Totais Provenientes dos Diferentes Ingredientes ao nível dos agregados Familiares Parcipientes.....   | 49 |
| Tabela-23: Preço Nominal por Calorias dosPrincipais Produtos Consumidops pelos Idosos, Comprados a Preço Por Unidade e por Unidade Típico, Nov97-Jan98.....  | 51 |
| Tabela-24: Correlação de 8 Principais Produtos Fontes de Carbohidratos entre a Percentagem de Calorias Consumidas e os Preços por Unidade Típica, por Quilograma e por Calorias.....   | 52 |
| Tabela-25: Custo de Sete alternativas de Quantidade de Calorias por Pessoa por Dia Por Mês Calculados na Base de Custo de Cabaz tipico ded Vulnerável Beneficiário de Suibsídio de Alimento de Gapvu e se Governo Desejar Garantir o Mínimo..... | 55 |

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico-1: Correlação de 8 Principais produtos Fontes de Carbohidratos dada em  
Percentagem de Calorias por Preço Por Unidade Típica e por Caloria.....53

Gráfico-2: Correlação de 8 Principais produtos Fontes de Carbohidratos dada em  
Percentagem de Calorias por Preço Por Kilograma.....53

## LISTA DE ABREVIATURAS

DPDS - Departamento da População e Desenvolvimento Social

GAPVU - Gabinete de Apoio a População Vulnerável

INAS - Instituto Nacional de Acção Social

GMN - Gravidas mal nutridas

MCA - Mãe Chefe de Agregado Familiar

CMN - Crianças mal nutridas

DC - Doentes Crónicos

AFs - Agregado Familiar

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Inquérito estruturado.

Anexo 2 - Guião de Operações do programa de Subsídio de alimentos.

## Resumo

O subsídio de alimentos é um programa criado pelo governo Moçambicano desde 1990 que é actualmente implementado pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS) e funciona a nível nacional. O programa consiste na transferência de dinheiro aos idosos, grávidas mal nutridas, crianças mal nutridas, doentes crónicos, mãe chefe de agregado familiar e doentes crónicos que não conseguem satisfazer as suas necessidades básicas. O valor transferido actual é de 32.000,00 Mt por mês por agregado familiar com uma pessoa.

O presente trabalho é o resultado de um estudo do impacto de programa de subsídio de alimentos no consumo dos idosos vulneráveis na cidade de Maputo comparando os níveis de consumo entre 42 beneficiários e 40 não-beneficiários. Os outros objectivos de trabalho foram :

- Descrever em detalhes a composição e custo da dieta dos idosos vulneráveis na cidade de Maputo;
- Identificar e descrever os principais constrangimentos do programa de subsídio de alimento incluindo os constrangimentos ao ingresso dos não participantes;
- Desenvolver na base da informação obtida alternativas apropriadas para elevar os níveis de consumo dos idosos.

Os dados foram obtidos pelo método "24 hour food recall" e analisados por pacote estatístico do SPSS. A dieta dos idosos não é diversificada e em termos de custo, o cabaz típico têm um valor médio de 4.75 MT por caloria. O valor de consumo per capita médio é de 6667 MT o que significa que o subsídio pago cobre apenas as despesas alimentares de 4.8 dias. Mesmo com o subsídio de alimentos os vulneráveis no âmbito de consumo diário não conseguem satisfazer as necessidades mínimas calóricas requeridas para a sobrevivência. Segundo estes dados parece que o valor de subsídio não tem impacto significativo nos níveis de consumo dos idosos participantes em comparação aos não-participantes.

Como contributo, algumas recomendações para os principais promotores do programa de subsídio de alimentos são sugeridas. Contudo, por causa de limitações financeiras, o tamanho da amostra foi limitada e não é legítimo extrapolar estes resultados aos outros centros urbanos a nível nacional. Seria bom repetir a metodologia em outros locais para confirmar ou verificar os resultados.

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Natureza de estudo**

A pesquisa do impacto do Programa GAPVU sobre as camadas mais vulneráveis surge no âmbito da colaboração que existe entre a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) através do projecto Segurança Alimentar e Nutrição da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF), o Departamento de População e Desenvolvimento Social (DPDS) da Direcção Nacional de Planificação do Ministério de Plano e Finanças (anteriormente a Unidade de Alívio à Pobreza), e o Ministério de Acção Social (MICAS). O convite foi feito pelo projecto Segurança Alimentar no contexto de investigação e formação dos quadros Moçambicanos proporcionando aos estudantes finalistas da FAEF a possibilidade de realizarem o trabalho de diploma no contexto daquele projecto.

Após um estudo de avaliação do programa de transferência de dinheiro de GAPVU feito pelo DPDS que cobriu só os beneficiários do programa, conclui-se que devia se fazer uma pesquisa sobre o impacto do programa GAPVU que compara o nível de bem-estar dos beneficiários do programa com os não-beneficiários. Por causa de limitações dos recursos, este estudo focalizou só num dos grupos alvos de programa: os idosos.

### **1.2. GAPVU Como Programa de Transferência-Caixa**

#### **1.2.1 Antecedentes de GAPVU**

O programa do Subsídio de Alimentos, dirigido pelo GAPVU (Gabinete de Apoio à População Vulnerável) surge com efeitos da guerra e das calamidades naturais que provocaram distorções profundas na economia do país, e conseqüentemente, numa degradação nas condições de vida da maioria dos cidadãos.

O fluxo às cidades, em especial à capital de país e às capitais provinciais, agrava os múltiplos problemas urbanos que o país enfrenta dado o aumento da faixa populacional improdutiva.

"Para minimizar as dificuldades que recaem sobre os extractos mais vulneráveis da população urbana e como complemento das medidas económicas e sociais que vem sendo tomadas pelo Governo viu-se a necessidade de atribuir um subsídio de Alimento á determinadas categorias de populações que vivem em condições precárias de subsistência " (Conselho de Ministros, Junho de 1990).

O subsídio de alimentos é um programa social de governo cuja a base legal é a resolução interna nº 2/90 aprovado pelo Conselho de Ministros, tendo sido mais tarde revogada pelo Decreto-Lei 16/93 de 25 de Agosto, aprovado pelo Conselho dos Ministros.

Como um programa de transferência o GAPVU é um instituição com uma autonomia Administrativa e Financeira inicialmente vinculada ao Ministério de Plano e Finanças e desde Maio de 1991 se encontra sob tutela do MICAS.

O programa piloto desta instituição criada especificamente para implementação de Subsídio de Alimento arrancou em 1990 em Maputo e com alguns problemas administrativos abrangeu apenas 86 agregados familiares. (Schubert,1993).

Em 1991, o GAPVU sofre uma reorganização e implementa reformas internas que culminaram com o aumento do número de beneficiários e a extensão às capitais províncias e cidade de Nacala. Estas reformas contribuíram para um bom funcionamento até 1993. A partir dos meados de 1994 a 1995 começam graves problemas na gestão de fundos, facto que tirou a boa imagem da instituição.(Bahule, 1997)

Em 1996 é nomeada uma nova direcção que introduz novas reformas internas e descentraliza alguns poderes criando as subdelegações, equipas de supervisão, a divisão dos grupos alvos e a introdução da "Certidão da prova da vida". Em Setembro de 1997, o decreto lei nº 28/97 cria o Instituto Nacional de Acção Social (INAS), uma instituição de estado dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa subordinada ao MICAS.

"Com a entrada em funcionamento do INAS, extingue-se GAPVU, passando a competir ao INAS a implementação do subsídio de alimento, criado pelo decreto nº 16/90, de 25 de Agosto". (Conselho dos Ministros, Setembro 1997).

O objectivo principal do INAS segundo o seu estatuto orgânico é garantir a assistência social e económica directa ou outra julgada necessária aos grupos ou indivíduos mais carentes e impedidos de, por meios próprios, conseguir a satisfação das suas necessidades básicas.

### **1.2.2 Integração do Idoso no Programa**

Segundo o Decreto-Lei nº 16/93 de 25 de Agosto de 1993 os grupos alvos do programa são indivíduos ou agregados familiares que vivem nas cidades capitais de província ou nas cidades de Nacala e Maxixe há mais de um ano cujo rendimento per capita não ultrapassa 32000,00 Mt por mês.

Assim os 6 grupos alvos abrangidos por programa até o período de inquérito são descritos em:

- a) Indivíduos idosos, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos, desempregados, que vivem sozinhos ou em agregados familiares onde não haja pessoa em idade activa para trabalho (entre os 18 e 59);
- b) Indivíduos deficientes de ambos os sexos, com idade superior a 18 anos, que sofram de incapacidade para o trabalho, desempregados, que vivam sozinhos ou sejam chefes de agregados familiares onde não haja pessoas em idade activa para o trabalho (entre 18 a 59 anos);
- c) Agregados familiares em que haja mulheres com problemas nutricionais associados a factores sociais de risco;
- d) Agregados familiares em que haja crianças (0 a 4 anos) com problemas nutricionais associados a factores sociais de risco;
- e) Agregados familiares chefiados por uma mulher, com idade superior a 18 anos, que tenha mais de 5 filhos menores a seu cargo e onde não haja pessoas com idade activa para o trabalho (entre 18 a 59 anos);
- f) Agregados familiares cujo chefe de família sofra de doença crónica reconhecida pela saúde e, sem parentes em idade activa para o trabalho e sem meios de subsistência

A integração dos membros no programa subsídio de Alimento é feita na base de "Guião das Operações do Subsídio de Alimentos de Janeiro de 96" que contém os critérios de elegibilidade dos diferentes grupos alvos (anexo 2). Ao nível das províncias 50 a 90% dos agregados familiares beneficiados são idosos (INAS, 1997).

Para a categoria dos Idosos, o indivíduo que queira candidatar-se deve reunir os seguintes critérios/condições de elegibilidade:

- Ter a idade igual ou superior a 60 anos de idade,
- Não viver com indivíduos em idade activa para o trabalho definida como pessoas entre

18-59 anos e desempregado

- Ser vivente a mais de 1 ano nas cidades capitais e cidade de Nacala e
- Não beneficiar de nenhuma pensão.

De 1991 até meados de 1995, estes critérios foram verificados a nível da base por chefe de quarteirão ou secretário de Bairro e os permanentes.

Assim que forem satisfeitas os critérios o permanente localiza o candidato e preenche a ficha de inquérito de elegibilidade (anexo-2). Depois procede-se a visita domiciliária deste candidato e, os dois documentos, certificado de prova de vida e a ficha de inquérito são enviados ao Delegado que por sua vez analisa a informação dos dois documentos e proceder-se-á o devido despacho.

Após o despacho, é elaborado um processo do beneficiário e preenche-se o cartão e respectiva listagem do beneficiário na lista de pagamento. Por fim o permanente informa o beneficiário inscrito para dirigir-se ao posto de pagamento habitual no dia de pagamento e o valor que vai receber.

### **1.3. INAS e a “Nova filosofia”**

Pelas reformas introduzidas em 1996 muitos "nomes fantasmas" beneficiário que na realidade não existiam foram descobertos e retirados. Em média 31306 agregados familiares beneficiários foram cobertos em 1997. Destes 78 % são agregados idosos, 11% crianças, 6% deficientes e o resto distribuído para outros grupos alvos. Comparativamente a 1996 o programa beneficiou 92111 agregados familiares dos quais 49% são idosos, 38% crianças mal nutridas, 7% grávidas mal nutridas e o resto distribuído para outros grupos alvos. Apesar de se registar uma redução de total de beneficiários, a categoria dos vulneráveis idosos aumentou consideravelmente.

O INAS vai nos próximos tempos, restringir o subsídio de alimento apenas a população vulnerável que não pode exercer qualquer actividade. Segundo a direcção, o INAS vai criar projectos de ajuda e de gerência de rendimentos para a população vulnerável capaz, para a sua saída da dependência do Estado.

Como organismo o INAS terá duas áreas, uma de assistência pública, para o grupo que não pode trabalhar, constituído por deficientes, idosos sem pessoa activa em casa, e doentes crónicos e outra área de apoio á projectos de gerência de rendimentos, dirigido para os grupos vulneráveis com a capacidade de trabalho.

Na nova filosofia que INAS quer introduzir o programa para promover a migração "Cidade-Campo" dirigido a camadas vulneráveis a viver nas cidades e "Comida pelo trabalho" a semelhança de algumas organizações não governamentais que operam um pouco por todo país. Para o INAS o programa "Comida pelo Trabalho" será especificamente para mães com crianças mal nutridas e mulheres-chefes de agregados familiares.(INAS, 1997).

Segundo a nova filosofia as delegações do GAPVU passaram a ser as subdelegações de INAS a nível das cidades e ao nível de algumas vilas como é o caso de Chókwè, Chibulo na província de Gaza, Moatize na província de Tete, Mocuba na província da Zambézia, Cuamba na província de Niassa e outras.

#### **1.4. Descrição do problema**

Em geral, os programas de transferência de rendimentos são considerados programas de assistência social que disponibilizam dinheiro ou bens, directa ou indirectamente á agregados familiares pobres Grosh (1994). Em Moçambique, um programa típico é o subsídio de alimentos criado pelo governo que transfere mensalmente um montante especificado segundo a composição de agregado familiar com o objectivo principal de aliviar a pobreza que ocorre entre as famílias urbanas.

Funcionando desde 1990 a nível nacional como uma medida política promovida pelo governo na redução da pobreza e na promoção de segurança alimentar, varias avaliações foram feitas para determinar o impacto do programa sobre o nível de bem-estar dos beneficiários. Destas avaliações anteriormente feitas ao programa constata-se o seguinte:

A: Schubert (1993) conduziu um estudo qualitativo baseando se em entrevistas com um grupo de participantes e administradores do programa GAPVU. Utilizou as estimativas obtidas nas entrevistas para avaliar ao nível dos beneficiários os impactos de transferencia do numerário pago na altura assim como o desempenho e a sustentabilidade do GAPVU.

Para além de descrever a pobreza e a indigência nas cidades Moçambicanas, Schubert conclui que "os agregados familiares em Maputo parece gastarem aproximadamente 75% a 80% do seu rendimento em alimentos e mais 10% em combustível." Aponta sem estabelecer com nenhum termo de comparação que os "os subsídios pagos pelo GAPVU cobrem apenas 20% das despesas básicas de um agregado familiar".

Quanto ao desempenho e sustentabilidade do GAPVU, Schubert concluiu considerando ser bastante ambicioso o objectivo de atingir uma cobertura de 70% dos agregados familiares em estado de indigência por razões estruturais. Para ele o mais importante é a concentrar a transferência do numerário nos agregados familiares indigentes. E a sustentabilidade de GAPVU dependia da determinação política Moçambicana para assegurar a sobrevivência dos agregados familiares indigentes.

**B:** Roger (1994) baseando-se em entrevistas informais realizados em 4 cidades do país ao nível dos idosos, mulheres grávidas e crianças malnutridas avalia os impactos do programa GAPVU nos beneficiários. Conclui dizendo que "Se o alívio a pobreza urbana for considerada um objectivo da política importante, o programa de GAPVU actualmente parece ser o único programa que procura atingir este objectivo". Este pensava que o montante de subsídio pago na altura fosse suficiente para satisfazer as necessidades básicas dos agregados familiares indigentes.

**C:** Schubert (1995) numa avaliação social participativa volta a estudar os impactos do subsídio de alimentos chegando a mesma conclusão de Roger (1994) afirmando que "no ponto de vista dos agregados familiares pobres e indigentes o programa de GAPVU é a única esperança". Acrescentando que "para os pobres e os debilitados a existência do programa de subsídio de alimento é um assunto de vida ou morte".

Ainda na sua avaliação social e participativa Schubert analisa as prioridades em termos de uso de subsídio de alimento pelos beneficiários e conclui estimando que cerca de 60% do valor recebido por cada agregado beneficiário era usada para fins alimentares e o resto para as despesas de saúde, medicamento e roupa.

D: Datt et al. (1997) avaliou o impacto do programa nos beneficiários utilizando os dados recolhidos por DPDS em todas cidades num inquérito estruturado realizado aos participantes do programa GAPVU. Usando uma metodologia mais "quantitativa" do que aquela de Roger (1994) e de Schubert (1995) analisa os impactos do programa colocando a sua avaliação no contexto do objectivo de alívio a pobreza do programa.

O contributo da transferência do subsídio de alimento no consumo dos agregados familiares foi avaliado utilizando as despesas totais de consumo como um indicador explícito de bem-estar e com base na definição de pobreza absoluta.

Os principais resultados obtidos por Datt et al. (1997) indicam que as crianças mal nutridas tendem a ter maior nível de pobreza em termos de consumo, cerca de 30% do valor do subsídio é "escoado" para não pobres.

Como conclusões Datt et al (1997) diz que a média do valor de transferência de GAPVU esta acima de um dólar per capita por mês que é uma pequena quantidade mas que representa um alívio significativo de 13% de consumo per capita mensal dos beneficiários.

Todos estes estudos efectuados concluíram que o programa do GAPVU foi beneficiado pelos participantes. Mas nenhuma destas avaliações teve um grupo de controlo de não-participantes. Porquê? Porque é muito difícil e caro identificar este grupo de não participantes que têm as mesmas características do grupo dos participantes. Sem fazer esta comparação não é possível concluir definitivamente que o programa do subsídio de alimento esta a atingir a meta de aumentar o nível de consumo numa maneira significativa.

Este é o problema fundamental que é vinculado ao objectivo principal deste estudo com o trabalho já feito.

## **1.5. Objectivos de trabalho**

### *Objectivo principal*

Estudar o impacto do programa do subsídio de alimentos nos idosos na cidade de Maputo comparando o nível do consumo diário entre os idosos participantes e não-participantes.

*Hipótese:* O nível de consumo dos beneficiários é mais alto do que o dos não-beneficiários de subsídio de alimentos.

### *Objectivos secundários*

Descrever em detalhes a composição e custo da dieta dos pobres idosos na cidade de Maputo.

Identificar e descrever os principais constrangimentos do programa do subsídio de alimentos, incluindo os constrangimentos a ingresso dos não-participantes.

Desenvolver na base de informação obtida alternativas apropriadas do subsídio de alimento para atingir os objectivos do INAS.

Descrever as estratégias de sobrevivência usados pelos idosos antes e depois da introdução do programa do subsídio de alimentos.

## **1.6. Importância da Pesquisa**

Segundo Datt (1997), Moçambique é um dos países com índice de pobreza muito elevado e único na África sub-sahariana com o programa de transferência de rendimento aos pobres.

A questão torna-se mais grave, face aos condicionalismo a que o país esteve sujeito. Com efeito, a guerra de desestabilização, as sucessivas calamidades naturais vieram agravar a situação levando as comunidades para uma situação extremamente difícil, algumas das quais a baixo de linha de pobreza. A guerra contribui também na destruição da estrutura social em muitas áreas do país.

O âmbito do subsídio de alimentos foi fundado na constatação de que muitas pessoas nas cidades capitais moçambicanas não conseguem sobreviver só dependente das redes informais de protecção. Mas o governo tem recursos financeiras limitadas.

O conhecimento do impacto do programa GAPVU na segurança alimentar dos beneficiários e no funcionamento das redes formais de protecção social oferece um instrumento de reflexão não só na eficiência do programa como também contribuir na definição dos critérios de elegibilidade. Esta análise proposta sobre os níveis de consumo e despesas dos idosos podem dar uma ideia do nível de bem-estar em termos monetários e guiar as decisões sobre que nível

do subsídio vai atingir os objectivos específicos do programa e como estabelecer o nível do subsídio de uma maneira sistemática.

## **2: ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICOS**

### **2.1. O Conceito da Pobreza e Problemas de Medição**

"É fácil aceitar que a redução da pobreza e o aumento nos níveis de vida dos sectores desfavorecidos devem ser objectos da política, mas pode haver desacordo sobre o que significa exactamente. Uma definição funcional comum de medida da pobreza é:

Uma medida da incapacidade ou inabilidade de uma população de atingir um mínimo de bem-estar"(Datt et al, 1997).

Na definição de Datt, ha três elementos que são muito difíceis de medir. O primeiro esta relacionado em como medir o bem-estar de um indivíduo ou de um agregado familiar. O segundo relaciona-se com o que constitui um mínimo aceitável no nível de vida dos indivíduos ou grupo de indivíduos. Por último como combinar a informação (tipo de medida) sobre o bem-estar ou privação de indivíduos ou agregados para obter um índice.

### **2.2. Medição de bem-estar**

Porque a pobreza é multi-dimensional existem muitas maneiras para medir o bem-estar ao nível de indivíduo ou do agregado familiar. Datt (1997) argumenta que as medidas de bem-estar devem ser baseadas nas utilidades individuais derivadas de preferências pessoais. Além disso, as medidas de bem-estar devem ser baseadas em rendimentos monetários ou em consumo, sendo estas medições gerais de poder de compra de bens e serviços do indivíduo ou agregado. Finalmente, as medidas de bem-estar devem ser baseadas no alcance de certas capacidade dos indivíduos (por exemplo a habilidade de evitar a fome, de não ficar doente) ou seja de desenvolver um certo mecanismo de sobrevivência.

*A medida de bem-estar* é feita através da medição do nível do consumo do agregado familiar ou indivíduo, o qual se refere ao valor dos bens e serviços consumidos, incluindo os comprados como valores imputados para os não comprados.

Segundo Datt (1997), abordagens que não se baseiam no rendimento são importantes, mas é mais informativo e correcto manter as diferentes abordagem separadas. Os rendimentos ou consumos são os indicadores mais adequados para a construção de uma medida abrangente e

geral de bem-estar que concorda com as medidas de bem-estar definidos na teoria económica. Estes indicadores podem ser estimados com dados de inquérito.

Ao nível dos participantes e não participantes do programa de GAPVU os rendimentos são baixos, o bem-estar pode ser medido utilizando as despesas de consumo dos indivíduos. Por causa de limitações financeiras, não foi possível medir o consumo não-alimentar directamente, mas o consumo alimentar foi necessário medir para avaliar se os objectivos do programa foram atingidos.

### **2.3. Rendimento Versus Consumo**

Datt (1997) considera que em termos de bem-estar, os rendimentos são indicadores de oportunidade. Por outro lado, o consumo é um indicador de bem-estar alcançado. O rendimento é notoriamente difícil de estimar com precisão nos países subdesenvolvidos porque uma grande parte de população é auto-empregada e o período de referência na medição de rendimentos agrícolas é de um ano, o que requer varias visitas ou períodos longos de recolhas de dados.

O consumo flutua menos no tempo do que o rendimento e pode ser avaliado usando diferentes métodos. Os agregados familiares tentam igualar o padrão de consumo com poupança e transferências. Dadas a estas dificuldades na estimação de rendimentos, o consumo é geralmente preferido como o instrumento de medição de bem-estar.

O consumo refere-se ao valor dos bens de serviços consumidos, incluindo os comprados como valores imputados para os não-comprados. Por exemplo, um produto alimentar que vem de machamba própria deve receber o valor equivalente do mercado local.

Na análise de pobreza, Datt (1997) conclui e recomenda três pontos importantes que devem ser sempre considerados:

*Primeiro* a noção de Pobreza absoluta é aplicada facilmente em países em desenvolvimento.

*Segundo* as medidas de bem-estar são melhores quando baseadas em medições de consumo no lugar das medições de rendimento.

*Terceiro* as medições de baseadas no consumo devem ser complementadas com os indicadores de não consumo, como saúde, educação e nutrição

A pobreza trata-se de um fenómeno natural que existe na sociedade, num determinado momento, afectando indivíduos com nível de vida ou de bem-estar abaixo do mínimo aceitável, segundo as normas dessa sociedade. Segundo Sahn et al.(1996) a pobreza pode ser absoluta ou relativa. Assim a Pobreza Absoluta é entendida como sendo o nível específico de consumo (geralmente, coberto por alimentação, vestuário, água potável, serviços de saúde ,educação, etc.), expresso em termos monetários, considerando como o necessário para garantir a subsistência do indivíduo ou agregado familiar. A Pobreza Relativa refere-se ao inadequado abastecimento de um sujeito económico em comparação com outro sujeito económico.

Em termos de impactos de ajustamento de políticas sobre o pobre geralmente se usa uma medida relativa para definir a pobreza. Neste caso a baixo de 30% da distribuição das despesas totais. Enquanto que um padrão absoluto (ex. quantidade de calorias) é importante para execução de comparações.

Um dos elemento geralmente usado na medição e análise de *pobreza é o nível mínimo de consumo* que dado por uma linha de pobreza que é o valor monetário que representa o mínimo de consumo alimentar e uma componente não alimentar que o indivíduo necessita por dia para assegurar a sua sobrevivência, ou seja o nível mínimo de bem-estar. Indivíduos com níveis de bem-estar abaixo desta linha são considerados pobres, e os que têm níveis de bem-estar mais alto são considerados não-pobres.

Uma vulnerabilidade indica uma zona ou um grupo de indivíduos que está em perigo de sofrer de insegurança alimentar ou pobreza. A vulnerabilidade é um conceito relativo. Todas pessoas são vulneráveis, mas o nível de vulnerabilidade varia no tempo e de acordo com as condições sócio-económicas, naturais, etc. A vulnerabilidade a insegurança alimentar depende de dois grupos de factores: os factores fundamentais da economia alimentar e o risco de choques potenciais. Os factores fundamentais são estáticos, quer dizer que eles não mudam, ou só mudam a longo prazo (ex: clima, precipitação média) fertilidade de solos, infra-estruturas. "Choques" são acontecimentos pontuais ex: secas, cheias, pragas, não funcionamento inesperado de mercado, etc.

Em Moçambique o programa do subsídio de alimentos não usa a linha de pobreza para distinguir os vulneráveis dos não-vulneráveis mas utiliza-se um teste de meios que constitui os principais critérios/condições de elegibilidade. O teste de meios de rendimento desenvolvido consiste em dividir o rendimento total mensal do agregado familiar pelo seu tamanho. Se este for inferior a 32.000,00 Mt a família é considerada vulnerável.

O teste de meios consiste também da observância das condições em que vivem os agregados familiares como é o caso de estar ou não a viver com uma pessoa em idade activa.

Sahn et al. (1996), sustenta que apesar da pobreza urbana ser menos severa que nas áreas rurais, esta constitui um problema importante. Os pobres citadinos são mais vulneráveis a mudanças de preços de mercados, mudanças políticas e produzem muito pouco para a alimentação.

O alvo de programa GAPVU são famílias urbanas indigentes com rendimentos baixos e o consumo de alimentos básicos inferior a 1700 Kcal *por pessoa por dia (UAP.n.d.a)* Geralmente são famílias numa insegurança alimentar por motivos de falta de acesso á alimentos. É a este grupo de indivíduos que recai a pobreza absoluta.

O declínio no tempo da família no acesso aos alimentos constitui uma manifestação visível da pobreza nos agregados familiares sobretudo aqueles chefiados pelos idosos sem capacidade de desenvolver qualquer actividade de rendimento.

Uma *Insegurança Alimentar Crónica* é devida a uma dieta insuficiente originada pelo facto das famílias não estarem capazes de adquirir os alimentos necessários, através de compras no mercado ou através da produção ao passo que uma *Insegurança Alimentar Transitória* acontece quando há uma diminuição durante um certo período de tempo (sazonal) do acesso das famílias a alimentos devido a factores como instabilidade dos preços dos alimentos e ou da produção, baixa produção, disponibilidade limitada, surgimento de calamidades naturais (cheias ciclones, pragas, etc). Geralmente a pobreza é uma característica encontrada em muitas famílias que sofrem uma insegurança alimentar. A nível das zonas urbanas, os idosos na sua maioria as mulheres, para além dos problemas alimentares, e muitas vezes devido a falta de poder de compra e condições insalubres, são vitimas de problemas de saúde o que agrava o estado nutricional.

Apesar de conceito "pobre" ser um tanto quanto polémico, este reflecte um indivíduo que apresenta certas carências em necessidades básicas e que para sua sobrevivência desenvolve mecanismos. Aliás, a sustentabilidade do bem estar do pobre depende da complementaridade dos mecanismos formais e informais na rede de protecção social.

O pequeno camponês é pobre, não tem muitas reservas financeiras ou alimentares, por isso não deve correr grandes riscos na sua produção agrícola. Ao longo de tempo os pequenos camponês desenvolvem estratégias (Vugt, 1992).

As estratégias de sobrevivência apoiam-se nas relações de confiança e vizinhança na necessidade de manutenção dos laços sociais existentes na comunidade e têm uma tradição secular não só em Moçambique como no mundo inteiro.

Entende-se por uma estratégia de sobrevivência todo mecanismo tradicional encontrado pela sociedade camponesa para garantir condições à manutenção da família e minimizar as carências, pode ter um valor sócio-económico, cultural e educativo.

#### **2.4. Consumo como uma medida de bem-estar**

A avaliação de bem-estar do indivíduo deve ser baseado nas sua escolhas subjectivas. A combinação de bens que são consumidos por indivíduos, dada a sua restrição orçamental, é uma expressão da sua função de utilidade. Assume-se aqui que os consumidores escolhas racionais (derivadas de um conjunto de preferências, bem definidas), então as mercadorias que eles consomem representam essas escolhas, para um dado conjunto de preços, composição de agregado familiar, etc. Sob condições padrão (gastos comuns, mercados completos e preços flexíveis) tem-se provado o custo mínimo de um dado nível de utilidade (a função de custo de consumidor) representa a medida monetária de utilidade que pode ser medido pela despesa de consumo.

##### **2.4.1. Alimentação**

As despesas alimentares constituem um dos itens de consumo mais importante para uma grande parte da população, especialmente para as famílias pobres dos países mais pobres, como o caso de Moçambique. Segundo Margaret and Munñoz (1996) o consumo alimentar é uma das necessidades básicas fundamentais, e de acordo com alguns economistas a percentagem da

despesa total destinada á alimentação representa um importante indicador de pobreza. Uma medida precisa de consumo alimentar deveria incluir o valor dos itens que resultam das compras reais e a estimativa do consumo de bens alimentares resultado de produção própria, ou recebida na forma de doações, transferências ou pagamento de salários.

Para estimar o valor do consumo de uma mercadoria num determinado intervalo de tempo, seria desejável obter a despesa real para a quantidade consumida desse item nesse período de referência. Algumas vezes escolha de período de referência pode ser crucial para a determinação dos cálculos resultantes. Isto pode ser ilustrado observando a diferença entre o padrão das compras de bens perecíveis (por exemplo, tomate leite) e bens armazenáveis como arroz. Os bens perecíveis são adquiridos, numa base diária ou semanal, e uma pergunta sobre a semana ou duas semanas anteriores fornecerá os valores certos. Os bens armazenáveis podem ser comprados de dois em dois ou de três em três meses.

Segundo Deaton (1992), quando se pretende usar os valores de consumo reais, os bens devem ser avaliados aos preços de compra reais confrontados pelas famílias quando disponíveis. A regra geral é usar o preço observado, mais perto da família. O que significa que, se sabermos qual é o preço pago pela família, usaremos esse preço para valorizar o consumo daquelas mercadorias. Quando disponíveis, esses preços são denominados valores unitários. A principal diferença entre valores unitários e preços é a de que o primeiro reflecte a escolha de qualidade feita pela família. Eles são, não só uma indicação directa da escolha feita pela família, como também podem conter outras indicações do comportamento do consumidor. A quantidade de alimentos recebida de outras fontes ou produzida pela família devem ser avaliada ao preço do mercado local.

#### **2. 4.1.1. Factores que Determinam o Acesso ao Alimento e Bem-Estar Nutricional**

Da quantidade consumida é importante considerar as combinações químicas sob as quais os nutrientes são ingeridos, suas fontes e formas culinárias. Ao definir-se a segurança alimentar como o acesso permanente de todos membros da família a uma alimentação suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais básicas é clara a sua importância no estado nutricional do Agregado Familiar (Fidalgo,1995).

O acesso a alimentação no tempo e no tempo é determinado por vários factores. Segundo Fidalgo (1995) para que a segurança alimentar a nível da família seja assegurada é necessário

que haja suficiente terra, boas condições para a produção, dinheiro ou outros recursos para se obter os alimentos de que a família necessita para a cobrir as necessidades nutricionais.

Um fornecimento regular de alimentos é condição necessária, mas não suficiente para uma boa nutrição.

O consumo de alimentos não depende fundamentalmente de dois factores imediatos: Capacidade de produção e/ou de compra por parte da família e hábitos alimentares derivados a cultura. Ao nível de produção é crucial para as populações rurais que praticam a agricultura de subsistência. Nas populações urbanas, a capacidade de compra é o factor que condiciona o consumo. A condição económica também exerce um papel relevante no perfil alimentar que, teoricamente, é possível presumir, com razoável aproximação valor provável de dieta, tomando como referencia o grupo alvo.

## **2.5. Equivalente "Per Capita" ou "Per Adulto Equivalente"**

As medidas de bem-estar são normalmente determinadas adicionando a despesa familiar total durante o período de referencia. Os dados são recolhidos a nível familiar e integram diferentes itens de despesas feita por todos os membros das famílias. O bem-estar individual que depende do número de pessoas que partilham o recursos disponíveis deve ser ajustado segundo o número das pessoas da família. O mais simples para considerar o tamanho e composição da família é calcular os níveis de despesa per capita, dividindo a despesa total pelo número de membros da família.

Para avaliar as diferenças na ordenação do bem-estar dos indivíduos existem muitos métodos alternativos sugeridos pela literatura. O mais simples é o sugerido por Margaret and Moñoz (1996), que consiste em começar por uma medida per capita directa que possa ser apresentada e comparada com a mediada alternativa ajustada a "adulto equivalente".

Segundo Williams, S.R. (1988), a quantidade de calorias por equivalente adulto aceitáveis de um indivíduo depende de muitos factores nomeadamente peso, idade, género tipo de actividade praticada entre outros. Assim é possível julgar a quantidade de calorias consumidos por um indivíduo de uma determinada facha etária considerado durante 24 horas. Na tabela 1 estão

apresentados as quantidades de calorias considerados aceitáveis de cinco grupos etários da amostra de estudo.

Tabela-1: Quantidade de necessidades calóricas mínimas segundo Williams (1988) dos diferentes grupos etários em função de género.

| Género     | Grupo Etário em anos | Necessidades Calóricas Mínimas | Factor de Multiplicação |
|------------|----------------------|--------------------------------|-------------------------|
| Homem      | 15-59                | 2800                           | 1                       |
| Mulheres   | 15-59                | 2072                           | 0.74                    |
| Crianças   | 5-14                 | 2380                           | 0.85                    |
| Crianças   | <5                   | 1456                           | 0.52                    |
| Idosos(as) | ≥60                  | 2212                           | 0.79                    |

*Fonte: Quadro adaptado segundo Williams, S R. (1988).*

## 2.6. Programas de transferências de rendimento como medida política para reduzir a pobreza

O investimento em capital humano, a assistência social e os programas de redução a pobreza são os principais componentes duma estratégia para a reduzir a pobreza (The World Bank, 1996). Existem dois tipos de programas de alívio a pobreza e assistência social: Os que requerem trabalho e os que não requerem trabalho. Os que requerem trabalho envolvem programas de trabalhos públicos e programas sustentados na base de crédito. Ao passo que os que não requerem trabalho são programas concebidos basicamente em transferencias de dinheiro para assistência social ou a determinadas famílias em estado de indigência e transferencias em género ou espécies. O programa de subsídio de alimento é um exemplo de um programa de transferências de dinheiro.

Segundo Banco Mundial (1996), na escolha de um programa de alívio a pobreza existem três factores importantes a conjugar com uma base de informação:

*A Extensão e Natureza da pobreza.* - um conhecimento claro da dimensão e natureza da pobreza é geralmente o ponto de arranque para escolha de um novo programa ou corrigir

alguns existentes. O conhecimento é geralmente sobre o tipo de pobreza (crónica ou transitória), a incidência e a profundidade entre os indivíduos ou agregados familiares.

A natureza da pobreza determina os objectivos primários do programa e os grupos alvos a serem identificados.

*Experiência dos programas existentes.*- a escolha de um programa usual depende da história circunstancial dado pelo país que envolve as características da pobreza. Segundo Handbook (1990), citado pelo Banco Mundial (1996), tais características podem ser de carácter de rendimento e consumo, trabalho forçado incluindo o trabalho infantil, de carácter demográfico, regional e de carácter de indicadores de bem-estar.

*Condições ou constrangimentos específicos do país* - Incluem a capacidade de definir pesquisas e monitorias dos participantes, as condições infra-estruturais, constrangimentos administrativos e o vigor da instituição e dos mecanismos de assistência

Na base destes três factores mais importantes nota-se que os programas de transferência de dinheiro são viáveis a países com o número de pobres relativamente pequeno e previamente identificado o tipo de pobreza (Banco Mundial, 1996). Algumas ilustrações da natureza de pobreza, condição do país e programa a escolher são sumarizadas na secção seguinte, baseado no documento pelo Banco Mundial "Best Practice on Social Assistance And Poverty-Targeted Programs".

### **2.6.1. Transferencia de dinheiro**

A transferencia de dinheiro é um programa dirigido á assistência social e alívio à pobreza que não requer trabalho. Para além de objectivos específicos, em muitos país este tipo de programa é utilizado com objectivo principal de alívio à pobreza. A escolha de programas dirigidos a alívio à pobreza não só requerem o conhecimento dos três factores mas também do conhecimento de uma serie de questões.

Grosh (1994) num estudo regional e sectorial conclui sumarizando uma série de questões a ter em consideração na escolha de um programa direccionado a um determinado grupo alvo

dizendo que "Se pode se direccionar e como direccionar um programa depende de custos e benefícios. O principal benefício de direccionamento é o melhoramento de custos de efectividade do programa". Por outras palavras por mesmos custos o pobre pode receber mais benefícios. Um programa direccionado ao um grupo alvo de criar impactos positivos significativos nos termos dos objectivos ou razões para que é criado.

A transferência de rendimento e o subsídio de alimento são amplamente usado como um meio para minimizar os problemas de insegurança alimentar de indivíduos mais vulneráveis numa dada comunidade. Este tipo de programa pode ser de transferência directa ou indirecta. No caso de transferência directa é necessário uma identificação de famílias necessitadas e uma estrutura capaz para a gestão do programa. Alias o sucesso do programa depende do sucesso da identificação das famílias em risco. A identificação de famílias necessitadas faz com que o apoio seja mais dirigido tornando assim mais eficiente.

Apesar desta grande vantagem, o programa de transferência directo é passivo e tem custos por beneficiário bastante altos comparativamente a uma transferência indirecta. Os programas de transferência indirecta, são intervenções mais positivas tendo a vantagem de envolver um maior número de populações necessitadas de uma forma mais activa. Tem custos administrativos baixos o sucesso não depende da selectividade das famílias sendo assim uma limitação que pode beneficiar famílias menos vulneráveis. Contudo depende como for direccionado.

Segundo Grosh (1994) existem três tipos de mecanismos básicos de direccionamento de um programa:

*1. Mecanismo de Acessoramento Individual* que requer gestor de programa para tomar decisões na elegibilidade dos beneficiários. Por exemplo, o teste de meios usados na identificação dos beneficiários do subsídio de alimento no ex-GAPVU foi implementado pelo Delegado da cidade que dá a decisão final sobre a elegibilidade do participantes.

*2. Mecanismo Geográfico* é quando um grupo de potências candidatos são garantidos a elegibilidade com base em algumas características facilmente identificados. Por exemplo, os benefícios são repartidos para todo região, cidade ou bairro.

3. *Mecanismo "Auto direccionado"* são programas extensivamente disponíveis para todos. São desenhados de tal maneira a desencorajar os não pobres a não usa-los. Isto pode ser feito requerendo os participantes a trabalharem como em programas de emprego públicos. Por exemplo, varrer as ruas ou requerendo que os participantes fiquem em bichas porque isto trás um custo que os não pobres não possam tolerar.

É muito interessante direccionar um mecanismo mas erradamente um mecanismo pode excluir determinados candidatos elegíveis. Este facto ocorre no programa de subsídio de alimentos do INAS em que os mais necessitados ficam de fora por inconsistência dos critérios de elegibilidade. Outro caso de exclusão ocorre em situações em que os recursos orçamentais são limitados e estabelece-se previamente metas de indivíduos ou agregados familiares a cobrir. Nesta situação alguns dos pobres podem ficar de fora.

Segundo Grosh (1994), este tipo de erro é mais grave porque os mais necessitados ficam fora do programa. Para selector o óptimo direccionamento de programa, Grosh no "Administering Targeted Social Programs in Latin America" sumariza mostrando as vantagens e desvantagem, circunstancias em que o programa é apropriado e a informação requerida.

Na prática o programa de subsídio de alimentos tem metas já definidas a serem suportado por orçamento geral do estado em o governo deve balançar estes programas como outros programas produtivos

### **3. METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho adoptou-se um conjunto de técnicas que permitiram a recolha da informação para alcançar os objectivos apresentados: Consulta de dados secundários, entrevistas informais e formais com informantes chaves, beneficiários e os não-beneficiários do programa do GAPVU.

#### **3.1. Área de Estudo**

A cidade de Maputo tem cerca de 4123 beneficiários distribuídos por cinco distritos urbanos periféricos. O estudo foi realizado nos distritos Urbanos II e IV abrangendo 10 bairros onde o GAPVU opera, nomeadamente: Xipamanine, Minkadjuine, Aeroporto Chamaculo "C" e "D" para o distrito Urbano II e Laulane, Ferroviário, Hulene "A" e "B" para o distrito IV. A escolha destes distritos reside no facto de terem grande número de beneficiários idosos e pelas condições típicas que caracterizam estes distritos.

O distrito II localizado "dentro" da cidade tem condições de saneamento básico muito precárias e o distrito IV distante da cidade, na periferia, caracterizado por pequenas parcelas para a prática de hortícolas, a existência das árvores de fruta e a criação de animais de pequena espécie.

#### **3.2. Consulta de dados secundários**

Antes de início de trabalho de campo fez-se uma consulta dos relatórios de um estudo de avaliação do programa GAPVU feito por Datt et al. (1997), UAP (1996), Schubert (1995), Rogers (1994), guíões de operações de programa de subsídio de alimentos e outra literatura relacionada com a pesquisa de pobreza, segurança alimentar e nutrição das famílias vulneráveis de modo a orientar a colecção dos dados no campo. A revisão bibliográfica continuou até a fase de interpretação de dados e na elaboração da tese.

### **3.3. Entrevistas Informais**

A entrevista informal foi realizada em duas fases em Setembro 1997. Na primeira fase o grupo alvo foi os informantes chaves enquanto que na segunda fase foi com os beneficiários e não-beneficiários do programa.

#### *3.3.1. Entrevista com informantes chaves*

Realizou-se uma série de encontros com o director do GAPVU, o chefe da delegação do GAPVU da cidade de Maputo, administradores dos distritos urbanos dois e quatro, 2 chefes religiosos, com 5 permanentes e com 2 chefes dos permanentes. O objectivo destes encontros é de obter informação geral mais actualizada sobre os critérios de elegibilidade, constrangimentos do programa, aspectos da comunidade e facilitar o trabalho de localizar os beneficiários e não-beneficiários para entrevistar.

#### *3.3.2. Entrevista com os beneficiários e não-beneficiários*

Os objectivos desta fase da entrevista informal é obter informações qualitativas mais gerais, isto é, fazer uma sondagem da consciência de programa na comunidade e adequar o inquérito estruturado. Também procurar entender como o tema se integra no sistema de segurança social dos beneficiários, como o subsídio influencia a existência/funcionamento de outros mecanismos informais de sobrevivência e a diversidade da dieta dos idosos. No caso dos não-beneficiários saber porque não é participante de programa e em que situações esta a viver.

### **3.4. Entrevista Formal**

A escolha de grupo alvo dos idosos reside no facto deste grupo ser o principal alvo do GAPVU e por causa de recursos limitados e na exiguidade de tempo. Nesta entrevista não foi utilizado nenhum método estatístico para a selecção da amostra. Os participantes do programa foram identificados durante o dia do pagamento do subsídio ou com a ajuda de permanente residente na área local. Os não-beneficiários potenciais candidatos incluídos no estudo foram identificados através dos permanentes e secretario/chefe do quarteirão. Para ser incluído, os

### **3.3. Entrevistas Informais**

A entrevista informal foi realizada em duas fases em Setembro 1997. Na primeira fase o grupo alvo foi os informantes chaves enquanto que na segunda fase foi com os beneficiários e não-beneficiários do programa.

#### *3.3.1. Entrevista com informantes chaves*

Realizou-se uma série de encontros com o director do GAPVU, o chefe da delegação do GAPVU da cidade de Maputo, administradores dos distritos urbanos dois e quatro, 2 chefes religiosos, com 5 permanentes e com 2 chefes dos permanentes. O objectivo destes encontros é de obter informação geral mais actualizada sobre os critérios de elegibilidade, constrangimentos do programa, aspectos da comunidade e facilitar o trabalho de localizar os beneficiários e não-beneficiários para entrevistar.

#### *3.3.2. Entrevista com os beneficiários e não-beneficiários*

Os objectivos desta fase da entrevista informal é obter informações qualitativas mais gerais, isto é, fazer uma sondagem da consciência de programa na comunidade e adequar o inquérito estruturado. Também procurar entender como o tema se integra no sistema de segurança social dos beneficiários, como o subsídio influencia a existência/funcionamento de outros mecanismos informais de sobrevivência e a diversidade da dieta dos idosos. No caso dos não-beneficiários saber porque não é participante de programa e em que situações esta a viver.

### **3.4. Entrevista Formal**

A escolha de grupo alvo dos idosos reside no facto deste grupo ser o principal alvo do GAPVU e por causa de recursos limitados e na exiguidade de tempo. Nesta entrevista não foi utilizado nenhum método estatístico para a selecção da amostra. Os participantes do programa foram identificados durante o dia do pagamento do subsídio ou com a ajuda de permanente residente na área local. Os não-beneficiários potenciais candidatos incluídos no estudo foram identificados através dos permanentes e secretário/chefe do quarteirão. Para ser incluído, os

não-beneficiários tinham que devidamente apresentar condições idênticas às dos participantes e foram seleccionados ao acaso depois de verificar que satisfazem os critérios de elegibilidade usados pelo GAPVU.

A implicação de não utilização de nenhum método estatístico é que os resultados deste estudo não poder ser extrapolados para outras províncias.

Obtida a informação geral na fase anterior foram entrevistadas ao acaso 82 agregados familiares da categoria dos idosos sendo 40 para cada distrito urbano e 2 não previstos em Novembro e Dezembro 1997. Dos 40 agregados familiares entrevistados em cada distrito urbano, 20 dos quais são participantes do programa ou sejam beneficiários e outros 20 não-participantes do programa. As entrevistas foram feitas a qualquer idoso beneficiário como potencial candidato de programa encontrado em sua casa com apoio do questionário estruturado previamente testado.

### **3.5. Selecção da Metodologia para Recolha de Dados de Consumo e Despesas**

Com a excepção de determinados tipos de estudo de consumos alimentares ligados a nutrição, os consumos e as despesas são geralmente medidos em termos de valor. Segundo Levin (1991), o primeiro objectivo de um questionário de consumo ou despesa é de medir o nível das despesas de consumo, incluindo serviços usados pelos agregados familiares, durante um período de tempo específico. Em função do interesse da pesquisa podem ser associados as quantidades e os preços, os quais podem ser recolhidos directamente ou derivados indirectamente usando uma relação de preços num determinado período para quantidades iguais de valor. As quantidades são de particular interesse em termos de nutrição dos alimentos porque estas permitem estimar os valores calóricos. Os preços são requeridos para analisar economicamente o consumo padrão.

Ainda Levin (1991), refere que os métodos usados na recolha de dados de consumo e despesa são essencialmente similares e podem ser divididos em duas categorias gerais: Directos e Indirectos. Métodos directos de recolha de dados de consumo e despesas incluem técnicas de listagem e entrevistas. As técnicas de listagem envolvem a recolha de toda comida consumida

para um determinado período de três a sete dias e são alistados os membros ausentes e os presentes durante o período de estudo.

As técnicas de entrevistas envolvem a recolha de dados referentes a bens e serviços consumidos em imediato, frequente, ou num passado recente e inclui métodos de alistagem flexíveis ou fixa. Técnicas de entrevistas específicas desenhadas para consumo dos agregados familiares também incluem a listagem de 24 horas, história da dieta e frequência da comida consumida. Uma alternativa próxima á medidas direitas de consumo é o inventário e monitoria do consumo do agregado familiar.

Em geral, uma ou mais técnicas pode ser usados na recolha de dados de consumo e despesas dependendo dos objectivos de estudo e das definições operacionais usados para o consumo. As duas metodologias mais populares são sumarizadas na secções seguintes.

### *3.5.1. List-Recall Método (Método de recordar -Listar)*

Este método consiste em o inquiridor enumerar as respostas ao membro do agregado familiar para recordar as quantidades, preço e o volume de todos itens utilizados pelo agregado familiar num período de tempo específico. Para o efeito podem ser usado um questionário estruturado com lista específica de respostas da comida consumida na região ou uma lista com perguntas abertas ou mesmo um questionário aberto.

As quantidades de comida consumida são recolhidas em unidades típicos de agregados familiares e depois são convertidas em unidades padrão. Para este método o período de referência pode ser fixo ou flexível. O período fixo é geralmente usado quando a recolha de dados é periódica e fora deste período os dados não são validos. Períodos flexíveis são muitas vezes usados quando os dados não são recolhidos frequentemente, ou quando efectuada uma simples visita. A principal desvantagem deste método é de envolver períodos relativamente longos e os agregados familiares não recordam com muita precisão tornando assim os dados menos fiáveis.

### *3.5.2. 24-Hour Food Recall Method (Método da Recolha de Consumo Alimentar durante 24 horas)*

Este método é um dos métodos directos mais pratico e eficiente na recolha de dados de alimentos consumidos e mais preciso na estimação no consumo actual dos membros de uma família porque num período de 24 horas porque a maioria dos membros ainda se lembra com precisão suficiente das comidas que consumiram nas ultimas 24 horas.

O método consiste em entrevistar os membros responsáveis na preparação da comida das ultimas 24 - horas. Toda refeição é descrita incluindo o número de pratos e ingredientes incluídas na receita. A informação é recordada em quantidades, peso actual ou estimativas usando as medições caseiras ou medida típica e o número de pessoas presentes em cada refeição.

Esta metodologia tem 3 vantagens em comparação as outras metodologias:

1. Comparativamente a outros métodos é mais preciso, directo e mais rápido.
2. O método de recordar a comida consumida nas ultimas 24 horas é fácil de usar para pessoas menos letradas
3. É mais económico requerendo um tempo de 20-30 minutos para enumerar.

A grande desvantagem deste método é que pode existir maior variações da dieta diária do agregado familiar. Nas áreas rurais a variação de dieta é reduzida em comparação com as zonas urbanas. Esse problema pode ser mitigado. Para consumos alimentares de longos períodos, as mudanças de estações em dieta não podem ser apuradas com precisão. Assim, "24-hour food recall method" não é representativo devido as mudanças de estações em dieta. Mas pode ser feito estudos consecutivos em períodos relativamente pequenos. Idealmente pode repetir o "24-hour food recall method" para controlar estas variações na dieta.

Para estudos de avaliação de consumos nos agregados familiares Levin (1991) recomenda o método "24-hour food recall " que idealmente deve ser repetida 3-7 vezes na mesma família. Um critério adicional que contribuiu para a escolha deste método inclui a disponibilidade de recursos, características da área de estudo e do tipos de deita preferida pelo agregados

familiares. Neste estudo decidiu-se utilizar o "24-hour-food-recall" (para a secção 3 do Anexo I) mas com recursos limitados só foi possível fazer a recolha de dados uma vez para a categoria dos idosos participantes e não-participantes do programa de Gapvu. Este facto não constitui uma grande desvantagem porque o agregado é de menor tamanho e a dieta básica não é muito variável.

### **3.6. Análise Estatística**

Para a análise de dados foi usado o pacote estatístico computarizado SPSS/PC+ (Statistical Package for Social Science), versão 4.0.1. Os dados foram submetidos inicialmente a limpeza determinando as frequências de todas variáveis em relação ao código de identificação do agregado familiar (IDAF) para detectar prováveis erros cometidos da digitação dos mesmos. Em seguida foi feita a análise de frequências, médias e teste de t com o grau de significância de 0.05% para verificar se existem diferenças significativas ao nível dos idosos beneficiários e não-beneficiários de subsídio de alimentos em termos de níveis médios de consumo dos idosos, idade dos membros que constituem os agregados familiares, gastos totais de consumo diário calorias totais consumidos nas últimas 24 horas e as relações de trocas praticados.

Uma correlação do nível do consumo dos diferentes produtos que constituem o cabaz típico e o preço de calorias por quilograma e por unidade típica de compra foi feita para avaliar o acesso às fontes de calorias mais baratas.

Para as restantes variáveis foi feita uma descrição usando frequências em tabelas cruzadas.

## 4: ESTADO ACTUAL DE SUBSÍDIO DE ALIMENTOS

### 4.1. Observações Gerais

O estudo foi realizado num momento em que ao nível da instituição ocorriam algumas reformas internas e ao nível do Conselho dos Ministros ocorria a extinção de GAPVU e a criação de Instituto Nacional de Acção Social (INAS) cuja a direcção continua a mesma que orienta os processos de pagamento dos subsídios para os seis grupos alvos nomeadamente crianças mal nutridas, mulheres grávidas Idosos mães solteiras com crianças, e doentes crónicos. Com as reformas introduzidas o programa beneficiou em 1997 um número menor comparativamente ao ano de 1996. Na tabela abaixo esta apresentado os beneficiários de todas as cidades por grupos alvos em 1997.

Tabela-2: Total de Beneficiários por Cidades e por Grupo Alvo

| Total de Beneficiários |        |        |      |             |       |      |       |
|------------------------|--------|--------|------|-------------|-------|------|-------|
| Cidade                 | Idosos | G. M.N | MCA  | Deficientes | C.M.N | D. C | Total |
| Maputo                 | 4219   | 2      | 66   | 143         | 72    | 2    | 4504  |
| Matola                 | 4643   | 48     | 276  | 146         | 139   | 3    | 5355  |
| Xai-Xai                | 803    | 48     | 50   | 52          | 251   | 0    | 1204  |
| Inhambane              | 1350   | 2      | 56   | 116         | 97    | 0    | 1621  |
| Maxixe                 | 2152   | 11     | 32   | 102         | 121   | 0    | 2418  |
| Beira                  | 1832   | 42     | 150  | 303         | 479   | 0    | 2811  |
| Chimoio                | 2283   | 16     | 39   | 313         | 68    | 26   | 2745  |
| Quelimane              | 708    | 26     | 16   | 80          | 191   | 15   | 1036  |
| Nacala                 | 1263   | 52     | 46   | 28          | 221   | 0    | 1610  |
| Nampula                | 1191   | 51     | 248  | 136         | 616   | 0    | 2242  |
| Tete                   | 1934   | 44     | 23   | 263         | 78    | 0    | 2342  |
| Lichinga               | 1250   | 56     | 52   | 124         | 906   | 0    | 2388  |
| Pemba                  | 764    | 35     | 30   | 73          | 218   | 10   | 1130  |
| Total                  | 24397  | 433    | 1084 | 1879        | 3457  | 56   | 31306 |

Em média de 4504 agregados familiares foram abrangidos em 1997 na cidade de Maputo dos quais 4219 são idosos. O grupo alvo de doentes crónicos apresenta menor número de beneficiários não só ao nível da cidade de Maputo como a nível nacional com excepção da cidade de Chimoio. Provavelmente isso deve-se ao facto deste grupo ser novo relativamente a outros grupos definidos no acto da criação de ex-GAPVU ou falta de conhecimento e o complexo de se identificar como um doente crónico.

categoria dos idosos, indivíduos não qualificados a se beneficiarem ficando de fora os mais vulneráveis.

### **4.3. Perfil da Amostra**

#### **4.3.1. Demográfico**

A Tabela 3 apresenta as características demográficas dos idosos beneficiários e não-beneficiários do programa. Mais que a metade da amostra são viúvas que chefiam os agregados familiares sem nenhum nível de escolaridade. O nível de escolaridade varia entre a primeira e décima classes sendo este grau conquistado por muito poucos idosos. Isto pode explicar que muitos dos idosos entrevistados não falem a língua portuguesa e provavelmente isto tenha diminuído as oportunidades de emprego no passado. Nota-se que a maioria dos idosos não-participantes falam a língua Changana e os participantes são divididos entre as línguas de Ronga e Changana.

Na amostra da pesquisa verifica-se que nenhum idoso como participante declarou o estado civil solteiro enquanto que para não-participantes só 3.4% de idosos são solteiras. É interessante notar que é mais provável que um idoso seja casado do que uma idosa, especialmente os idosos não-participantes.

Tabela-3: Percentagem das características dos Idosos e Idosas Entrevistados (n=42 Participantes, n=40 Não Participantes)

|                      | Peret. | Estado Civil |       |         | Nível de Escolaridade (Classe) <sup>a)</sup> |      |                |                |                |                | Lingua Materna  |        |       | Fala Port. Sim |       |       |
|----------------------|--------|--------------|-------|---------|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|--------|-------|----------------|-------|-------|
|                      |        | Casado       | Separ | Viuvo/a | Solt.  | 0    | 1 <sup>a</sup> | 2 <sup>a</sup> | 3 <sup>a</sup> | 4 <sup>a</sup> | 10 <sup>a</sup> | Changa | Ronga |                | Chope | Outra |
| Idosas Entrevistados | 52.5   | 0.0          | 9.4   | 90.6    | 0.0  | 65.6 | 12.5           | 9.4            | 9.4            | 0.0            | 3.1             | 46.9   | 37.4  | 6.3            | 9.4   | 25.0  |
| Idosas Entrevistadas | 47.5   | 0.0          | 6.9   | 89.7    | 3.4  | 69.0 | 9.6            | 3.4            | 10.3           | 10.3           | 0.0             | 65.5   | 24.2  | 3.4            | 6.9   | 24.1  |
| Idosos Entrevistados | 47.6   | 50.0         | 20.0  | 30.0    | 0.0  | 40.0 | 0.0            | 30.0           | 20.0           | 10.0           | 0.0             | 40.0   | 50.0  | 0.0            | 10.0  | 60.0  |
| Idosos Entrevistadas | 52.4   | 81.8         | 9.1   | 9.1     | 0.0  | 63.6 | 9.1            | 18.2           | 0.0            | 0.0            | 9.1             | 72.7   | 0.0   | 9.1            | 18.2  | 45.5  |

a) -Não houve casos com Nível de Escolaridade entre 5<sup>a</sup> -9<sup>a</sup> Classes.

#### **4.2. Descrição dos Critérios e Meios de Verificação**

A elegibilidade dos grupos alvos faz-se na base dos critérios do “Guião de operações do programa de subsídio de alimentos” (1996). O critério de residência que é comum para todos grupos alvos e preconiza que todos agregados familiares devem estar a viver nas cidades capitais provinciais ou na cidade de Nacala ou Maxixe há mais de um ano e é verificado através de Cartão de Residente ou através de uma declaração do chefe de quarteirão da área de residência de candidato. O problema é que actualmente o uso de cartão de residente com as mudanças em curso no país esta ficando ultrapassado, apenas a declaração de chefe de quarteirão ou bairro.

O critério de rendimento preconiza que o agregado familiar não deve ter um rendimento per capita mensal superior a 32000,00 MT e é verificado “através de declaração de vencimento (emitidas pelas entidades empregadoras) dos membros do agregado familiar que trabalham por conta de outrem ou através da declaração do próprio chefe de quarteirão (para outros casos)” (INAS, 1997). O critério de rendimento apenas é valido para os grupos de grávidas mal nutridas e crianças mal nutridas.

Para os idosos os critérios mais importantes são a idade, residência e ser desemprega. De satisfazer as condições de estar a viver sozinho sem indivíduos em idade activa (18-59) e sem pensão.

Ao contrário as regras de elegibilidade, encontrou-se três divergências mais frequentemente:

- alguns idosos participantes têm um rendimento mensal proveniente da pensão que supera o valor de subsídio de alimento, contradizendo a regra de não ser um recipiente de pensão
- alguns idosos beneficiários que vivem com seus filhos em idade activa contradizendo a condição de não viver com um outro adulto de idade activa
- alguns idosos beneficiários têm a casa ou um quarto da casa alugada contradizendo a condição de viver sozinho.

Durante a época de recolha de dados, a entrada de novos membros esteve interrompida e muitos dos idosos que não tivessem reunidos os documentos perderem o directo de receber o subsídio. Observa-se que a falta de adequação a situação real, revisão dos critérios de elegibilidade do guião pratico de subsídio de alimento faz com que exista, pelos menos na

O estado de saúde de 82 idosos entrevistados é reportado pelas Tabelas 4 e 5.

Tabela-4: Estado de Saúde dos Idosos Participantes e Não-Participantes Entrevistados

| Condição de Saúde do Idoso |                  | Tamanho de Amostra | Percentagens |      |          |
|----------------------------|------------------|--------------------|--------------|------|----------|
|                            |                  |                    | Sim          | Não  | Um Pouco |
| Vêm Bem                    | Participante     | 42                 | 47.6         | 11.9 | 40.5     |
|                            | Não-participante | 40                 | 55.0         | 15.0 | 30.0     |
| Anda Bem                   | Participante     | 42                 | 45.2         | 11.9 | 42.9     |
|                            | Não-participante | 40                 | 60.0         | 20.0 | 20.0     |
| Ouve Bem                   | Participante     | 42                 | 85.7         | 2.4  | 11.9     |
|                            | Não-participante | 40                 | 90.0         | 2.5  | 7.5      |
| Foi Hospitalizado          | Participante     | 42                 | 11.9         | 88.1 | --       |
|                            | Não-participante | 40                 | 5.0          | 95.1 | --       |

A maioria deles ouvem bem. Menos que a metade dos idosos participantes não vem bem, não andam bem e sofrem de reumatismos e tensão que afecta o estado físico dos mesmos. Referente a hospitalização num período de 6 últimos meses somente 11.9% e 5.0% idosos participantes e não-participantes respectivamente, foram reportados nos dois extractos.

Outras características complementares a estado da saúde do idoso é representada na Tabela 4. Pode se ver que a maioria não são portadores de deficiência, mas 20% dos idosos participantes têm o membro inferior ou superior paralisada. Outra deficiências incluindo ter dedo amputado, e reumatismo severo se verificam nos não-participantes.

Tabela-5: Percentagem de Idosos(as) Participantes e Não-participantes Portadores das Seguintes Deficiência. (n=42 Participantes, n=40 Não-participantes)

|              |                   | Perct | Deficiência |            |                |      |       |
|--------------|-------------------|-------|-------------|------------|----------------|------|-------|
|              |                   |       | Não         | Paralítico | Perna Amputada | Cego | Outra |
| Idoso        | Participantes     | 52.5  | 87.5        | 0.0        | 0.0            | 0.0  | 12.5  |
| Entrevistado | Não-participantes | 47.5  | 72.4        | 10.3       | 0.0            | 6.9  | 10.3  |
| Idoso        | Participantes     | 47.6  | 70.0        | 20.0       | 0.0            | 0.0  | 10.0  |
| Entrevistado | Não-participantes | 52.4  | 72.7        | 0.0        | 9.1            | 0.0  | 18.2  |

#### **4.3.1.1. Comparação do Tamanho AFs Participantes e Não-Participantes**

Porque o tamanho do agregado familiar pode mostrar de um lado o número de pessoas dependentes dos rendimentos do idosos como é o caso de netos e do outro lado número de pessoas em idade activa que provavelmente ajudam o idosos foi necessário investigar este factor. A Tabela 6 reporta as médias e a percentagem das diferentes idades dos membros que compõem os agregados familiares dos beneficiários não-beneficiários de subsídio de alimento.

Pelos critérios de elegibilidade um idosos não pode viver com um indivíduo em idade activa (18-59 anos). Para averiguar que tipo de ajuda o idosos tem dentro da família foi efectuado o teste de t com o grau de significância de 0.05 comparando os tamanhos dos Afs. Em média os membros da idade pré-escolar (0.4) e jovem (0.2) não difere nos dois extractos da amostra e nestas faixas etárias os agregados familiares não apresentam muitos membros. A maioria dos idosos não estão a viver com menores de idade activa (>18 anos). Mas, é mais provável que os idosos beneficiários de programa estejam a viver com pelo menos uma pessoa em idade activa (18-59 anos) do que os idosos não-participantes. Com base no teste de t e grau de significância de 0.05 os idosos participantes vivem com mais de uma pessoa de idade activa (1.1) que é maior do que o valor médio nos Afs não-participantes (0.4). Este facto não é normal a ter em conta o próprio guião pratico das operações com os critérios de elegibilidade em vigor na instituição em que o idoso não pode viver com indivíduos de idade activa.

Esta tendência dos beneficiários estarem a viver com mais de uma pessoa pode ser devido ao facto de alguns idosos serem casados. Normalmente as suas esposas têm uma idade menor.

Ainda pela Tabela 6 nota-se que uma tentativa de seguir os critérios de elegibilidade para a selecção dos não-participantes foi difícil em atingir a amostra por causa deste critério. Contudo 75% dos Afs caíram na definição.

Tabela-6: Médias e Percentagem da Idade dos Membros por Agregado Familiar Incluindo o Teste de t para Verificar se Existe uma Diferença Significativas das Médias.

| Idade em anos     |                  | Média | Percentagem dos Agregados Familiares com Seguintes Números dos Membros |      |      |     |     |     | Probabilidade de Teste de t |
|-------------------|------------------|-------|--|------|------|-----|-----|-----|-----------------------------|
|                   |                  |       | 0  | 1    | 2    | 3   | 5   | 7   |                             |
| Pré-Escolar (< 6) | Participante     | 0.4   | 78.6   | 9.5  | 9.5  | 2.4 | 0.0 | 0.0 | 0.986                       |
|                   | Não-participante | 0.4   | 67.5   | 25.0 | 5.0  | 2.5 | 0.0 | 0.0 |                             |
| Escolar (7 - 13)  | Participante     | 0.4   | 66.7   | 28.6 | 2.4  | 2.4 | 0.0 | 0.0 | 0.389                       |
|                   | Não-participante | 0.6   | 65.0   | 17.5 | 15.0 | 2.5 | 0.0 | 0.0 |                             |
| Jovem (14 - 18)   | Participante     | 0.2   | 83.3   | 14.3 | 2.4  | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.884                       |
|                   | Não-participante | 0.2   | 87.5   | 7.5  | 5.0  | 0.0 | 0.0 | 0.0 |                             |
| Activa (18 - 59)  | Participante     | 1.1   | 52.4   | 21.4 | 14.3 | 4.8 | 4.8 | 2.4 | 0.012*                      |
|                   | Não-participante | 0.4   | 75.0   | 20.0 | 2.5  | 2.5 | 0.0 | 0.0 |                             |
| Idoso (≥ 60)      | Participante     | 1.1   | 0.0  | 88.1 | 11.9 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.446                       |
|                   | Não-participante | 1.3   | 0.0  | 75.0 | 22.5 | 2.5 | 0.0 | 0.0 |                             |

\*Uma diferença significativa existe entre as médias de número das pessoas de idade activa

#### 4.3.2. Características de Habitação e Fontes de Rendimento

As Tabelas 7 e 8 ilustram as características de habitação dos idosos entrevistados. Para a maioria dos beneficiários a condição de habitação não é muito má. Em 40 idosos não-participantes as condições em geral são piores: 37.5% têm a posse de casa própria e 25% têm a posse de casa alugada contra 9.5% nos participante (Refere-se a Tabela 7). Muitos destes são do distrito Urbano 2 em particular dos bairros de Malanga, Xipamanine e Minkadjune sendo o valor médio mensal baixíssimo de 152 meticais.

Tabela - 7: Percentagem de Agregados Familiares com a Posse de Casa Alugada e Valores Mínimos, Máximos e Médio Mensal da Renda (n=42 Participantes, n=40 Não-participantes)

|                   | Casa Alugada | Valor Mínimo Mensal em (MT) | Valor Máximo Mensal em (MT) | Valor Médio Mensal em (MT) |
|-------------------|--------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Participantes     | 9.5          | 150                         | 29000                       | 11412.5                    |
| Não-participantes | 25           | 30                          | 480                         | 152                        |

As condições das casas cuja aluguer custa 30 a 100,00 Mt são bastante precárias. São casas na muito pequenas sem nenhuma divisão feitas de caniço/madeira e cobertas de chapas muito velhas.

As condições de habitação dos idosos participantes do programa são relativamente melhores e

Salunkhe, D., Chavan, J., Adsule, R., Kadam, S., 1992. World Oilseeds Chemistry, Technology, and Utilization. Van Nostrand, New York. 554 p.

Struif Bontkes, T., 1990. The female headed farming system on the sandy soils of the Districts Beenfica and Machava at Maputo. P.S.W. - Project Development of General and Regional Agriculture. Agricultural University Wageningen. 15 p.

Vidal, V., Ferrão, J., Xabregas, J. e Coutinho, L., 1962. Oleaginosas do Ultramar\_Português . Memória da Junta de Investigação do Ultramar. 2ª ed. nº 31. vol.2 Lisboa. 293 p.

Weiss, A., 1983. Oil seed crops. Tropical Agriculture Series. London and New York. 660 p.

White, F., Styles, B. e Gonsalves, A., 1979. Flora de Moçambique. Junta de Investigação Científica do Ultramar. Lisboa. 51 p.

apenas 9.5% têm a posse de casa alugada e preço médio mensal é de 11400 meticais por mês. Uma explicação para esta diferença é que estes idosos participantes vivem em casas relativamente grande com uma ou duas divisões. A outra explicação para isso é o facto destes estares a vivem em casas de alvenaria e flats como é ilustrado na Tabela 8.

Tabela - 8: Condição da Casa dos Idosos dada em Percentagem dos Agregados Familiar que tem as Seguintes Características.

| <i>Tipo de Casa</i>           | Participante<br>(n=42) | Não-participante<br>(n=40) |
|-------------------------------|------------------------|----------------------------|
| Alvenaria                     | 47.6                   | 37.5                       |
| Flat                          | 4.8                    | 0.0                        |
| Madeira e Zinco/ Paus e Zinco | 11.9                   | 20.0                       |
| Zinco e Caniço                | 16.7                   | 27.5                       |
| Paus e Capim                  | 19.0                   | 15.0                       |
| <i>Cobertura de Tecto</i>     |                        |                            |
| Chapas                        | 85.7                   | 90.0                       |
| Capim                         | 7.1                    | 5.0                        |
| Lona                          | 7.1                    | 2.5                        |
| Outro                         | 0.0                    | 2.5                        |
| <i>Material da Parede</i>     |                        |                            |
| Bloco e Ferro                 | 50.0                   | 40.0                       |
| Paus e Chapas                 | 21.5                   | 22.5                       |
| Paus e Caniço                 | 26.2                   | 37.5                       |
| Outro                         | 2.4                    | 0.0                        |
| <i>Cozinha a:</i>             |                        |                            |
| Energia eléctrica             | 19.0                   | 0                          |
| Carvão/Lenha                  | 91.0                   | 100.0                      |
| <i>Fonte de água potável</i>  |                        |                            |
| Canalizada dentro da casa     | 19.0                   | 0.0                        |
| Canalizada fora da casa       | 59.5                   | 60.0                       |
| Poço local/Fontenária         | 21.4                   | 40.0                       |

Ainda pela Tabela 8 nota-se que em 42 idosos beneficiários 19% vivem em casa com água canalizada e cozinham a corrente eléctrica. Todas casas de alvenaria reportadas nos idosos não-participantes são de própria. Foi considerada casa de "Alvenaria" toda casa construída de blocos

e ferros com uma ou mais divisão.

Para avaliar a existência das outras fontes de rendimento, todos os membros do agregado familiar foram perguntados se possuem machamba, vendem produtos agrícolas, fazem pequenos negócios, têm ou teve trabalho assalariado. Na Tabela 9, são mostradas as frequências dos idosos que vivem nas famílias com pelo menos uma pessoa com estas características. Alguns idosos também praticam pequenos negócios de produtos agrícola e não agrícolas.

Tabela- 9: Frequências e as Respectivas Percentagens dos Agregados Familiares Participantes e Não-participantes Com a Pratica das Seguintes Actividades.

(n=42 Participantes, n=40 Não-participantes)

|                   | Actividades Praticadas |                     |                          |                  |                   |                      |                          |
|-------------------|------------------------|---------------------|--------------------------|------------------|-------------------|----------------------|--------------------------|
|                   | Machamba Própria.      | Machamba Zona Baixa | Vende Produtos. Agrícola | Vende Aguardente | Pequenos Negócios | Trabalho Assalariado | Teve Trabalho no Passado |
| Participantes     | 18<br>42.0%            | 8<br>19%            | 11<br>26.2%              | 4<br>9.5%        | 19<br>45.2%       | 10<br>23.8%          | 24<br>57.1%              |
| Não Participantes | 17<br>42.5%            | 9<br>22.5%          | 15<br>35.7%              | 5<br>12.5%       | 14<br>35.0%       | 8<br>20.0%           | 24<br>60.0%              |

Em termos de capacidade de obter comida suficiente, é significativa para 42% dos agregados familiares participantes e não-participantes que têm machambas próprias. Associando as condições em que esta actividade é praticada, um quinto de ambos grupos têm machambas na zonas baixas que são particularmente favoritas durante a época seca.

Das diferentes actividades, a prática de pequeno negocio é mais comum nos agregados familiares participantes comparativamente à venda de produtos agrícolas. A actividade da machamba constitui a principal actividade praticada pelos agregados familiares não-participantes seguindo se a venda de produtos agrícolas. A prática de pequenos negócios constitui uma outra fonte de rendimento importante nos agregados familiares com idosos não-participantes.

Pelas percentagens das actividades machamba própria, machamba na zona baixa, venda de produtos agrícolas, venda de aguardente pode se afirmar que os beneficiários tendem a perder

os mecanismos que anteriormente vinham a desenvolver e provavelmente isso contribua no baixo nível de consumo.

#### **4.3.3. Pensão**

O facto de possuir uma pensão mensal implica ter uma fonte de rendimento. Segundo os critérios de elegibilidade vigentes, um idosos com uma pensão mensal não pode ser beneficiário do subsídio de alimento.

Ao nível dos idosos beneficiários entrevistados cerca de 11.9% de recebem uma pensão mensal que varia de 105 mil meticais á 200 mil. Ao nível dos idosos não-participantes não foi reportado nenhum caso.

#### **4.4. Programa de Subsídio de Alimento na Comunidade**

##### **4.4.1. O Conhecimento de Programa na Comunidade**

A nível dos distritos o programa de transferência de rendimento é conhecido como o programa que dá dinheiro a idosos sem contudo saberem porque recebem este valor. Uma avaliação ao nível dos idosos participante e não-participantes revela que o conhecimento do programa na comunidade é dado pelos chefes dos quarteirões e as amigas. Apenas 7.5% dos não-participantes entrevistados não conhecem o programa. A Tabela-10 mostra como a informação sobre o subsídio da alimento é difundido. O chefe de quarteirão é um elemento chave no processo da divulgação da informação quer ao nível dos participantes quer ao nível dos não-participantes do programa com 42.9% e 35% respectivamente. Contudo não supera a difusão da informação por pessoas amigas. O rádio não é uma fonte de divulgação muito importante.

Tabela-10: Formas como os Idosos Conheceram o Programa de GAPVU dada em Frequência e a Respectiva Percentagem

| Forma               |                  | Tamanho de Amostra | Frequência | Percentagem |
|---------------------|------------------|--------------------|------------|-------------|
| Vizinho             | Participante     | 42                 | 8          | 19.0        |
|                     | Não-participante | 40                 | 4          | 10.0        |
| Chefe de Quarteirão | Participante     | 42                 | 18         | 42.9        |
|                     | Não-participante | 40                 | 14         | 35.0        |
| Rádio               | Participante     | 42                 | 3          | 7.1         |
|                     | Não-participante | 40                 | 3          | 7.5         |
| Amigo /Outra        | Participante     | 42                 | 13         | 31.0        |
|                     | Não-participante | 40                 | 19         | 47.5        |

Nos primeiros anos do GAPVU o chefe de quarteirão foi responsável para identificar e verificar as declarações dos potenciais candidatos na sede do grupo dinamizador que é a autoridade administrativa dos bairros que mais tarde canalizavam a documentação a Gabinete Central.

Actualmente o cenário não é muito diferente. O secretário ou chefe de quarteirão identifica o potencial candidato verificando se este é vivente a mais de um ano no bairro e leva-o ao permanente que preenche a ficha de inquérito que junto o bilhete de identidade envia a delegação da cidade para o delegado (d direcção máxima do INAS ao nível da cidade). Antes deste analisar a informação e decidir, uma equipa de activistas para certificar a veracidade da informação enviada por permanente efectua uma visita domiciliar para obter uma informação complementar. No caso de dúvidas duas ou mais visitas podem ser efectuadas. A problemática deste processo é que o secretário ou chefe de quarteirão como pessoa que identifica o potencial candidato não conhece os critérios de elegibilidade seguidos e se conhece tem grandes problemas de os aplicar.

Nota-se também que os secretários, alguns permanente ou chefes dos permanentes desempenham algumas funções administrativas ao nível do bairro ou distrito e isso baixa a qualidade dos serviços por eles prestados. Por exemplo, durante o período de eleições muitos destes elementos ficam envolvidos nas actividades do STAE.

Na tentativa de tornar o programa mais conhecido na comunidade o ex-GAPVU criou equipas de divulgação. Contudo verifica-se que dos 42 idosos participantes entrevistados 35.6% não conhecem nem se quer um critério de elegibilidade, 54.8% conhecem o critério ser idoso como

é amostrado na tabela 11. Nota-se que alguns idosos conhecem outros critérios de elegibilidade de outros grupos alvos. Contudo, o nível de conhecimento sobre os critérios de elegibilidade é muito pouco. Relativamente a divulgação já efectuada pela instituição em alguns distritos pelo menos até a altura deste estudo não tinha impacto.

Tabela-11: Nível de Conhecimento dos Idosos Participantes e Não-Participantes Entrevistados Sobre os Critérios de Elegibilidade.

| Critério de elegibilidade Mencionado | Percentagem de Idosos que conhece |                          |
|--------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
|                                      | Participante (n=42)               | Não-participantes (n=40) |
| Ser idoso                            | 54.8                              | 45                       |
| Não ter alguém em idade activa       | 2.4                               | 2.4                      |
| Doente Crónico                       | 4.8                               | 2.4                      |
| Ser deficiente                       | 2.4                               | 2.4                      |
| Não conhece                          | 35.6                              | 47.8                     |

#### 4.4.2. Obtenção e Uso de Subsídio

##### 4.4.2.1. Participantes

O subsídio é obtido depois de um parecer positivo por parte de delegado (responsável máximo ao nível da cidade de Maputo) que verifica se um indivíduo neste caso idoso reúne ou não os critérios. São elaborados em seguida as listas de pagamentos por bairro e valor a receber. Os pagamentos são feitos por uma equipa orientada por delegado em determinados sedes administrativos onde os idosos e outros beneficiários se concentram. No local é garantida a mínima segurança.

O valor mensal pago actualmente é de 32.000,00MT por agregado familiar com uma pessoa resultante de alguns aumentos efectuados em 1996. O programa iniciou com o subsídio de 18000,00 MT que foi reajustado para 24000,00MT até 1995. A prioridade deste valor é a compra de comida e o resto de dinheiro é destinada para medicamentos, transporte, pagamento de dívidas e outros bens não alimentares.

A Tabela 12 mostra como os idosos beneficiários entrevistados usam o subsídio mensal recebido no período de estudo. O total das despesas efectuadas é constituído por despesas alimentares e não alimentares. Nota-se claramente que a maior percentagem deste valor

(72.5%) vai para as despesas alimentares constituídas basicamente por óleo alimentar (25.8%), milho (17%), arroz (9.6%), açúcar, pão, batata-doce e outros alimentos .

Constituem as despesas não alimentares: transporte, hospital, escola para os netos, petróleo para iluminação incluindo fósforo, dividas, mão de obra, lenha incluindo carvão, roupa, água e despesas de lazer. Um pouco mais de ¼ de utilização de dinheiro de subsídio é para estas necessidades básicas não alimentares. O que significa nem todo o valor pago ou transferido ao idoso é utilizado para as necessidades básicas alimentares.

Tabela-12 Percentagem de Valores de Despesas Efectuadas pelos Idosos Participantes na Base de Último Subsídio nas Diferentes Áreas Sociais e na Compras de Alguns Bens Básicos. (n=42).

| Item  | % Que Não Efectuou a Despesa | Mínimo | Máximo | Média | Percentis |      |      |
|---|------------------------------|--------|--------|-------|-----------|------|------|
|   |                              |        |        |       | 25<br>75  | 50   |      |
| Hospital                                      | 95.2                         | 0.0    | 75.0   | 2.3   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Transporte                                    | 97.6                         | 0.0    | 88.2   | 2.1   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Escola  | 97.6                         | 0.0    | 33.3   | 0.8   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Petróleo/Fósforo                              | 57.1                         | 0.0    | 41.4   | 6.1   | 0.0       | 0.0  | 9.4  |
| Dividas                                       | 83.3                         | 0.0    | 100    | 7.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Mão de Obra                                   | 95.2                         | 0.0    | 31.3   | 1.5   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Lenha/Carvão                                  | 69.0                         | 0.0    | 31.3   | 4.1   | 0.0       | 0.0  | 6.5  |
| Roupa   | 97.6                         | 0.0    | 65.2   | 1.6   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Água  | 97.6                         | 0.0    | 1.2    | 0.1   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Pão   | 96.0                         | 0.0    | 45.0   | 5.4   | 0.0       | 0.0  | 6.8  |
| Arroz   | 66.7                         | 0.0    | 46.0   | 9.6   | 0.0       | 0.0  | 18.4 |
| Farinha de milho branco                       | 90.5                         | 0.0    | 34.5   | 2.6   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Milho amarelo/Grau                            | 52.4                         | 0.0    | 62.5   | 14.9  | 0.0       | 0.0  | 31.4 |
| Batata-doce                                   | 97.6                         | 0.0    | 6.3    | 0.2   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Açúcar/Sal                                    | 38.1                         | 0.0    | 31.4   | 9.5   | 0.0       | 6.7  | 12.7 |
| Óleo Alimentar                                | 0.0                          | 16.7   | 30.8   | 25.8  | 16.7      | 29.9 | 0.0  |
| Outros Alimentos                              | 50.0                         | 0.0    | 29.9   | 4.5   | 0.0       | 0.8  | 8.4  |
| Lazer   | 95.2                         | 0.0    | 45.0   | 1.9   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Valor de Subsídio por Idoso                   |                              |        |        | 32000 |           |      |      |
| Percentagem total de despesas não alimentares |                              |        |        | 27.50 |           |      |      |
| Percentagem total de despesas alimentares     |                              |        |        | 72.50 |           |      |      |

Schubert (1995) refere na sua avaliação que devido a inflação, o valor de subsídio decresce de ano para ano e não ocorre planos de ajustamento. Actualmente a situação é outra, a taxa de inflação esta mais controlada (2.7%). Contudo planos de ajustamento podem ser mais necessários ainda se considerar as despesas alimentares e não alimentares a satisfazer.

#### 4.4.2.2. Não-Participantes

Dos idosos não-participantes entrevistados 22 (55%) tentaram pelos menos uma vez serem beneficiários de subsídio. As respostas obtidas pelos idosos que se candidataram são sumarizadas na tabela 13. Em 22 candidatos, 13 ainda não tiveram resultados a mais de 2 anos. Outras respostas obtidas são de que as fichas de candidatura acabaram, não reúne a documentação, as fichas de candidato perderam-se e não ainda não tem idade requisita.

Os 18 (45%) nunca tentaram por varias razões apresentadas uma delas é de não saberem a quem devem encaminhar os seus processos. Isto revela a falta de conhecimento que se verifica não só sobre os critérios de elegibilidade como também do programa na comunidade.

Tabela-13: Diferentes Respostas obtidas pelos Idosos não Participantes na Candidatura (n=40)

| Resultado Obtido                    | frequência | Percentagem |
|-------------------------------------|------------|-------------|
| Não saiu o resultado                | 13         | 32.5        |
| As Fichas de candidatura acabaram   | 1          | 2.5         |
| As Fichas de candidatos se perderam | 2          | 5.0         |
| Não tinha idade                     | 3          | 7.5         |
| Não reúne a documentação            | 3          | 7.5         |

#### 4.5. Comparação de Nível de Consumo dos Idosos Beneficiários e Não-Beneficiários de Subsídio de Alimento

Baseando na utilidade e preferências dos idosos participantes e não-participantes do programa de subsídio de alimento o nível de bem-estar é descrito pelo número total de refeições passados por dia, estado de saúde, posse de casa e de alguns bens duráveis. Os níveis de consumo são descritos na secção seguinte.

Na Tabela 14 estão reportados o número total de refeição 24 horas antes de estudo. Mais de metade de agregados familiares beneficiários e não-beneficiários tiveram 3 refeições por dia. Só uma pessoa não-participante não teve nenhuma refeição durante 24 horas antes de estudo e uma idosa participante no mesmo período teve apenas uma refeição.

Tabela-14: Percentagem de Total de Refeições Passadas por Agregados Familiares Durante 24 Horas

| Idosos Entrevistados | Percentagem que teve:<br>Número de Refeições |     |      |      |
|----------------------|--|-----|------|------|
|                      | 0  | 1   | 2    | 3    |
| Participantes        | 0  | 0   | 42.9 | 57.1 |
| Não-participantes    | 2.5  | 2.5 | 32.5 | 62.5 |

Com base na informação recolhida junto aos agregados familiares beneficiárias e não-beneficiários do subsídio de alimento concretamente as quantidades e qualidades dos alimentos consumidos nas ultimas 24 horas fez-se uma análise sobre o nível de bem-estar dos idosos avaliando a situação total de consumo alimentar e as principais fontes dos alimentos. Esta análise consistiu na conversão de todos alimentos proveniente das diferentes fontes em calorias com base no preço médio dos alimentos básicos consumidos pelos idosos na cidade de Maputo e em particular dos distritos Urbanos II e IV.

A Tabela-15 reporta o valor total consumido durante 24 horas por agregados familiares entrevistados, valor per capita e valor por equivalente adulto dado em meticais. Estes valores foram calculada apartir dos preços dos produtos consumidas nas respectivas refeições e ajustados pelas diferentes idades dos membros que compõem um determinado agregado familiares (ver secção 3 do inquérito em anexo I).

Para verificar se em termos médios os idosos beneficiários de subsídio têm ou não maior valor de consumo diário comparativamente aos não-beneficiários foi efectuado um teste de t com grau de significância de 0.05. Em média o valor total de consumo diário alimentar é de 13.203,00 MT (aproximadamente \$1,14 EUA) para os idosos beneficiários e de 12.757,00 MT (aproximadamente \$1,10 EUA) para os não-beneficiários. Na base de teste de t e com o grau de significância de 0.05 não há uma diferença estatisticamente significativa em termos médios do valor de consumo diário alimentar entre os idosos beneficiários e não-beneficiários de subsídio de alimento.

Tabela-15: Valor Total de Consumo Durante as Últimas 24 Horas em (MT),  
Valor per Capita e por Adulto Equivalente

|   |                   | Tamanho<br>de<br>amostra | Quartis |       |       | Média | Desvio<br>Padrão | Probabi-<br>lidade<br>Teste de<br>t |
|---|-------------------|--------------------------|---------|-------|-------|-------|------------------|-------------------------------------|
|   |                   |                          | 25      | 50    | 75    |       |                  |                                     |
| Valor por agregado<br>familiar em (MT)  | Participantes     | 41                       | 6615    | 9500  | 15425 | 13203 | 10662            | 0.840                               |
|   | Não participantes | 40                       | 6750    | 11050 | 16170 | 12757 | 9136             |                                     |
| Valor per capita<br>em (MT)             | Participantes     | 41                       | 3664    | 6750  | 8990  | 6667  | 3593             | .0.850                              |
|   | Não participantes | 40                       | 4226    | 5900  | 7631  | 6863  | 4996             |                                     |
| Valor por Adulto<br>Equivalente em (MT) | Participantes     | 41                       | 4321    | 8238  | 10786 | 7985  | 4510             | 0.758                               |
|   | Não participantes | 40                       | 5588    | 7373  | 9660  | 8748  | 6286             |                                     |

valores de consumo diário percapita e por equivalente adulto para as categorias em estudo também não mostram uma diferença estatisticamente significativa. A média de valor de consumo per capita é só 6667 MT (\$0,57 USD) para os participantes e 6863 MT (\$0,59) para os não-participantes. Se assumir que existem coincidências nas preferências do que consumir entre os idosos e relacionar com o valor pago de subsídio de alimento nota-se que este valor cobre apenas as necessidades básicas alimentares de 4.8 dias por pessoa que é bastante baixo. O baixo valor per capita de consumo diário reflecte o baixo nível de consumo de calorias. Na Tabela 16, o total de calorias calculados são apresentados. Para avaliar esta informação é necessário comparar os resultados mostrados com às necessidades calóricas assumindo-se um consumo de:

- 1700 Kcal mínimas de sobrevivência por pessoa por dia
- 2200 Kcal mínimas normal por pessoa por dia
- 2800 Kcal mínimo por adulto equivalente por dia

Tabela-16 Total de Calorias Consumidos nas Últimas 24 Horas em (Cal) Por Agregado Familiar, Calorias per Capita e por Adulto Equivalente e Teste de t

|   |                   | Tamanho<br>de<br>Amostra | Quartis |        |        | Média  | Desvio<br>Padrão | Probabi-<br>lidade<br>Teste de<br>t |
|---|-------------------|--------------------------|---------|--------|--------|--------|------------------|-------------------------------------|
|   |                   |                          | 25      | 50     | 75     |        |                  |                                     |
| Calorias por<br>Agregado<br>Familiar em (Cal) | Participantes     | 42                       | 1499.0  | 2885.1 | 5602.2 | 3822.4 | 2905.9           | 0.831                               |
|   | Não-participantes | 40                       | 2048.8  | 3388.6 | 4949.9 | 3700.0 | 2233.5           |                                     |
| Valor per capita<br>em (Cal)                  | Participantes     | 42                       | 886.2   | 1366.7 | 1919.7 | 1403.2 | 650.0            | 0.700                               |
|   | Não-participantes | 40                       | 1091.4  | 1424.3 | 1924.3 | 1453.0 | 502.5            |                                     |
| Calorias por adulto<br>Equivalente em (Cal)   | Participantes     | 42                       | 1083.3  | 1683.0 | 2371.7 | 1760.8 | 820.9            | 0.550                               |
|   | Não-participantes | 40                       | 1565.5  | 1864.2 | 2228.1 | 1858.5 | 634.4            |                                     |

O consumo médio de calorias de 3822 por agregado beneficiários de programa de subsídio não é significativamente mais alto que o consumo de calorias de 3700 Kcal em familiares não-participantes. A situação semelhante ocorre em consumo médio per capita: não há uma diferença significativa entre os níveis de consumo dos participantes e não-participantes. Ambos têm um nível de consumo de calorias perto de 1400 kcal por pessoa por dia, um nível 300 kcal abaixo de calorias mínimas de sobrevivência e 800 kcal abaixo do nível recomendado. Quer dizer que em relação ao mínimo normal de consumo calórico os idosos participantes apresentam uma percentagem baixa na ordem de 63% e de 66% para os não-participantes. Mesmo ao nível de 75 percentil, os requisitos de 2200 por pessoa e 2800 por adulto equivalente não são atingidos.

Em resumo, na base de teste t e com o grau de significância de 0.05 não há diferenças estatisticamente significativas em termos de consumo médio de calorias por agregado familiar, per capita e por equivalente adulto durante 24 horas. Isto indica que não há um impacto significativo em termos do aumento de calorias na dieta geral que pode ser atribuído à intervenção do subsídio de alimentos. O nível de consumo em termos calóricos é 64% do nível desejado.

É possível examinar as fontes de alimentos para saber o grau de dependência que os idosos têm nos alimentos comprados em comparação aos alimentos produzidos nas machambas próprias e avaliar também a contribuição do subsídio de alimentos. As percentagens de gastos totais de consumo diários são sumarizadas na tabela 17 onde mais de 50% dos idosos beneficiários e não-beneficiários de subsídio do INAS não se alimentam da produção das suas machambas. Em média, só 10% dos gastos totais nos beneficiários provenientes da machamba própria que são ligeiramente inferiores a 11.9% nos não-beneficiários provenientes da mesma fonte sem uma diferença estatisticamente significativa.

O mesmo se verifica para os gastos totais provenientes da machamba de outro que equivalem a 0.7 nos participantes e 1.9 para os não-participantes. Os gastos médios de 77.5% para participantes e 61.7 para não-participantes provenientes do mercado constituem a maior percentagem no consumo diário. Mesmo ao nível de 75 percentil os gastos em 100% são atingidos por alguns agregados familiares participantes e pouco mais de 90% dos gastos totais são atingidos por não-participantes (tabela 17). Os não-beneficiários são menos dependentes do

mercado e têm um pouco mais de outras fontes ou assistências. Pelo menos 8 dentro de 40 agregados familiares têm assistência de doação de parentes ou vizinhos.

Tabela-17: Percentagens de Gastos Totais de Consumo Diário Provenientes das Diferentes Fontes do Agregado Familiar.

| Fonte                                  |                   | Tamanho de Amostra | % do AF que utilizou esta Fonte | Quartis |      |       | Média | Desvio Padrão | Probabilidade de Teste de t |
|--|-------------------|--------------------|---------------------------------|---------|------|-------|-------|---------------|-----------------------------|
|  |                   |                    |                                 | 25      | 50   | 75    |       |               |                             |
| Valor proveniente da Machamba propria  | Participantes     | 41                 | 39.0                            | 0.0     | 0.0  | 14.4  | 10.0  | 17.0          | 0.675                       |
|  | Não Participantes | 40                 | 45.0                            | 0.0     | 0.0  | 21.0  | 11.9  | 16.7          |                             |
| Valor proveniente da Machamba do outro | Participantes     | 41                 | 7.0                             | 0.0     | 0.0  | 0.0   | 0.7   | 2.6           | 0.483                       |
|  | Não Participantes | 40                 | 5.0                             | 0.0     | 0.0  | 0.0   | 1.9   | 7.3           |                             |
| Valor proveniente da Mercado           | Participantes     | 41                 | 92.7                            | 62.5    | 90.0 | 100.0 | 77.5  | 29.4          | 0.028 *                     |
|  | Não Participantes | 40                 | 90.0                            | 28.5    | 73.7 | 94.6  | 61.3  | 36.2          |                             |
| Valor proveniente da Loja              | Participantes     | 41                 | 9.8                             | 0.0     | 0.0  | 0.0   | 2.6   | 9.5           | 0.871                       |
|  | Não Participantes | 40                 | 15.0                            | 0.0     | 0.0  | 0.0   | 3.9   | 7.3           |                             |
| Valor proveniente da Doação a)         | Participantes     | 41                 | 17.1                            | 0.0     | 0.0  | 0.0   | 9.2   | 25.0          | 0.107                       |
|  | Não Participantes | 40                 | 32.5                            | 0.0     | 0.0  | 31.6  | 20.9  | 35.0          |                             |

a) O valor proveniente das doação não inclui o valor de subsídio

Foi efectuado um teste t com o grau de significância de 0.05 para avaliar as cinco fontes de proveniência dos alimentos usados por estes dois grupos de idoso e verificou-se uma diferença estatisticamente significativa na fonte de mercado. Em média, 77.5 % dos gastos totais vem de mercado para os participantes que é significativamente mais alto do que os 61.3% visto pelos não-participantes. Nota-se claramente que em média, a fonte loja contribui com 2.6 % nos gastos totais dos participantes e com 3.9% nos não-participantes que são relativamente baixo. Isto revela que os idosos quer participantes quer os não-participantes dependem mais de mercado do que da loja.

Para verificar o grau de importância do subsídio de alimento ao nível dos beneficiários foi reportado no número de agregados familiares que usou este dinheiro na compra de alimentos nas ultimas 24 horas antes de estudo-tabela 18. Nota-se que dos 40 idosos entrevistados 22% obtinham 14-80% dos alimentos nas ultimas 24 horas comprando pelo dinheiro de ex-GAPVU e aproximadamente 20% utilizaram só o dinheiro de ex-GAPVU.

Tabela-18 : Percentagem de Agregados Familiares que Usou o Dinheiro de Subsídio de Alimentos na Compra de Alimentos nas Últimas 24 horas.

|                 | 0%   | 14 - 80% | 100% |
|-----------------|------|----------|------|
| Número de casos | 24   | 9        | 8    |
| Percentagem     | 58.5 | 22.0     | 19.5 |

#### 4.5.1. Padrões de Consumo Alimentar Durante 24 Horas

A maioria dos idosos obtém os seus alimentos no mercado onde compram ou dados em unidades típicas como é o caso de montinho de folhas de cacana ou de tomate, uma lata de farinha de milho e outras. Na base da preços ajustados por quantidade de ingrediente/produto consumido ao nível dos agregados familiares beneficiários e não-beneficiários determinou-se as percentagens das despesas totais para diferentes produtos consumidos nas últimas 24 horas antes de inquérito em termos do valor em Meticais. A percentagem para cada produto é dada pela seguinte equação:

$$P_{yi} = V_{yi} / M_j * 100 \quad \text{onde:}$$

$P_{yi}$  é a percentagem do valor do produto y de ordem i

$V_{yi}$  é o valor total em (Mt) do produto y de ordem i

$M_j$  é o valor total (Mt) consumida em 24 horas

Na tabela 19 apresentadas as percentagens das despesas totais alimentares nos diferentes produtos consumidos a nível dos agregados familiares não-participantes do programa e na Tabela 20 as respectivas percentagens caloricas provenientes nestes produtos. Em média, 16.5% dos gastos totais nos idosos não-participantes são para compra de pão que constitui a maior fonte de calorias consumidas(26.6%). Seguindo-se dos gastos totais de carne de porco (16.1%) que contribui com 23.2% de calorias totais consumidas durante 24 horas. Os gastos totais em verduras (14.4%) são ligeiramente superiores aos gastos na compra de milho, a terceira fonte que contribui com (12.7%) de calorias consumidas pelos idosos não-participantes.

Tabela-19: Percentagem das despesas Totais Gastas nos Diferentes Ingredientes ao nível dos Agregados Familiares Não Participantes (n=40).

| Ingredientes    | % Que Não Comeu | Mínimo | Máximo | Média | Percentis |      |       |
|-----------------|-----------------|--------|--------|-------|-----------|------|-------|
|                 |                 |        |        |       | 25        | 50   | 75    |
| Milho           | 42.5            | 0.0    | 42.9   | 9.4   | 0.0       | 9.1  | 17.24 |
| Batata-doce     | 90.0            | 0.0    | 35.0   | 1.8   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Arroz           | 97.5            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Mandioca        | 85.0            | 0.0    | 69.0   | 0.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Pão             | 52.5            | 0.0    | 55.6   | 16.5  | 0.0       | 0.0  | 34.1  |
| Massas          | 92.5            | 0.0    | 71.9   | 2.4   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Feijão          | 90.0            | 0.0    | 40.5   | 3.3   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Carne de Porco  | 57.5            | 0.0    | 76.5   | 16.1  | 0.0       | 0.0  | 30.1  |
| Peixe           | 77.5            | 0.0    | 61.5   | 5.8   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Ovos            | 95.0            | 0.0    | 70.1   | 1.8   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Frutas          | 97.5            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Verduras        | 32.5            | 0.0    | 44.4   | 14.4  | 0.0       | 16.5 | 23.5  |
| Repolho         | 87.5            | 0.0    | 52.6   | 2.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Tomate          | 60.0            | 0.0    | 57.1   | 3.9   | 0.0       | 0.0  | 5.6   |
| Cebola          | 0.0             | 0.9    | 11.8   | 4.9   | 2.8       | 4.4  | 5.6   |
| Abóbora         | 97.5            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Açucars         | 30.0            | 0.0    | 21.4   | 5.6   | 0.0       | 4.6  | 6.7   |
| Óleos           | 87.5            | 0.0    | 6.8    | 0.5   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Amendoim        | 40.0            | 0.0    | 41.7   | 10.4  | 0.0       | 9.1  | 16.7  |
| Coco            | 85.0            | 0.0    | 15.4   | 1.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0   |
| Despesas Totais |                 |        |        | 12752 |           |      |       |

Os gastos totais em amendoim 10.4% diferem em uma unidade em relação aos despesas em milho que fornece 9.8% de calorias consumidas superando 3 vezes mais a percentagem de calorias proveniente das verdura (3.1%). O amendoim é mais consumido do que os óleos alimentares e é a fonte de gordura mais significativa na dieta.

Ao nível de 75 percentil, os maiores gastos dos idosos não-participantes são verificados em pão que constitui a principal fonte de calorias (58.1%) seguido de carne de porco (30.1%) que contribui com (54.4%) seguindo se depois a milho açúcar, verduras que perfazem com 17.2%, 23.5% e 6.7 respectivamente contribuindo com um total percentual de calorias de 20.7%, 9.2% e 5.4% para milho, açúcar e verduras respectivamente.

Tabela-19: Percentagem de Calorias Totais Provenientes dos Diferentes Ingredientes ao nível dos Agregados Familiares Não Participantes (n=40).

| Ingredientes   | % Que Não Comeu | Mínimo | Máximo | Média | Percentis |     |      |
|----------------|-----------------|--------|--------|-------|-----------|-----|------|
|                |                 |        |        |       | 25        | 50  | 75   |
| Milho          | 42.5            | 0.0    | 88.6   | 12.7  | 0.0       | 9.2 | 20.7 |
| Batata-doce    | 90.0            | 0.0    | 27.7   | 1.5   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Arroz          | 97.5            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Mandioca       | 85.0            | 0.0    | 69.2   | 6.0   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Pão            | 52.5            | 0.0    | 95.2   | 26.6  | 0.0       | 0.0 | 58.1 |
| Massas         | 92.5            | 0.0    | 73.8   | 2.0   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Feijão         | 90.0            | 0.0    | 43.6   | 1.6   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Carne de Porco | 57.5            | 0.0    | 98.0   | 23.2  | 0.0       | 0.0 | 54.4 |
| Peixe          | 77.5            | 0.0    | 22.4   | 2.4   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Ovos           | 95.0            | 0.0    | 20.9   | 0.5   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Frutas         | 97.5            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Verduras       | 32.5            | 0.0    | 12.0   | 3.1   | 0.0       | 2.2 | 5.4  |
| Repolho        | 87.5            | 0.0    | 23.6   | 0.7   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Tomate         | 60.0            | 0.0    | 11.4   | 0.6   | 0.0       | 0.0 | 0.7  |
| Cebola         | 0.0             | 0.3    | 2.3    | 1.1   | 0.6       | 1.1 | 1.6  |
| Abobara        | 97.5            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Açucares       | 30.0            | 0.0    | 36.1   | 6.9   | 0.0       | 6.0 | 9.2  |
| Óleos          | 87.5            | 0.0    | 20.6   | 0.8   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |
| Amendoim       | 40.0            | 0.0    | 36.4   | 9.8   | 0.0       | 8.8 | 16.9 |
| Coco           | 85.0            | 0.0    | 12.2   | 1.2   | 0.0       | 0.0 | 0.0  |

O comportamento da percentagem das despesas totais gastos nos deferentes versus percentagem de calorias provenientes dos diferentes produtos a nível dos idosos participantes do programa é similar e pode ser visto através das tabelas 21 e 22 apresentadas na página seguinte. Nota-se claramente que o pão e a carne de porco constituem as maiores fontes de calorias seguindo-se de amendoim e milho. É importante notar que há muita variação entre os agregados familiares em termos de consumo das fontes básicas de calorias. Perto da metade dos idosos não comeu milho ou pão durante o período de pesquisa. Os padrões de consumo das outros tipos de alimentos foram mais consistentes: O nível de consumo das outras fontes de proteínas (feijão, peixe, ovos) foi baixo excepto para o consumo de carne de porco e amendoim; o consumo de óleo foi muito baixo e mais de 2/3 dos agregados familiares consumiram verduras.

Tabela-21: Percentagem das Despesas Totais Gastos nos Diferentes Ingredientes Consumidos em 24 Horas ao nível dos Agregados Familiares Participantes (n=41).

| Produto         | % Que Não Comeu | Mínimo | Máximo | Média | Percentis |      |      |
|-----------------|-----------------|--------|--------|-------|-----------|------|------|
|                 |                 |        |        |       | 25        | 50   | 75   |
| Milho           | 57.1            | 0.0    | 80.7   | 9.6   | 0.0       | 0.0  | 14.5 |
| Batata-doce     | 85.7            | 0.0    | 100.0  | 6.1   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Arroz           | 95.2            | 0.0    | 9.3    | 0.2   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Mandioca        | 88.1            | 0.0    | 20.1   | 1.4   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Pão             | 59.5            | 0.0    | 60.0   | 13.2  | 0.0       | 0.0  | 23.7 |
| Massas          | 92.9            | 0.0    | 30.6   | 1.1   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Feijão          | 95.2            | 0.0    | 45.5   | 1.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Carne de Porco  | 40.5            | 0.0    | 63.6   | 20.1  | 0.0       | 21.9 | 36.3 |
| Peixe           | 90.5            | 0.0    | 28.1   | 1.5   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Ovos            | 97.6            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Frutas          | 92.9            | 0.0    | 22.5   | 0.8   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Verduras        | 33.3            | 0.0    | 62.5   | 12.0  | 0.0       | 8.5  | 19.1 |
| Repolho         | 76.2            | 0.0    | 30.9   | 2.1   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Tomate          | 52.4            | 0.0    | 22.2   | 4.3   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Cebola          | 0.0             | 2.1    | 13.8   | 6.5   | 3.7       | 5.0  | 10.2 |
| Abóbora         | 97.6            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Açucares        | 40.5            | 0.0    | 25.4   | 5.0   | 0.0       | 3.6  | 7.4  |
| Óleos           | 81.0            | 0.0    | 22.2   | 1.9   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Amendoim        | 31.0            | 0.0    | 52.2   | 12.8  | 0.0       | 12.2 | 20.6 |
| Coco            | 85.7            | 0.0    | 6.2    | 0.5   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Despesas Totais |                 |        |        | 13203 |           |      |      |

Tabela-22: Percentagem de Calorias Totais Provenientes dos Diferentes Ingredientes ao nível dos Agregados Familiares Participantes (n=42).

| Ingredientes   | % Que Não Comeu | Mínimo | Máximo | Média | Percentis |      |      |
|----------------|-----------------|--------|--------|-------|-----------|------|------|
|                |                 |        |        |       | 25        | 50   | 75   |
| Milho          | 57.1            | 0.0    | 76.1   | 10.27 | 0.0       | 0.0  | 17.1 |
| Batata-doce    | 85.7            | 0.0    | 100.0  | 5.8   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Arroz          | 95.2            | 0.0    | 9.9    | 0.2   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Mandioca       | 88.1            | 0.0    | 29.2   | 1.9   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Pão            | 59.5            | 0.0    | 92.0   | 21.5  | 0.0       | 0.0  | 44.2 |
| Massas         | 92.9            | 0.0    | 10.72  | 0.3   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Feijão         | 95.2            | 0.0    | 51.1   | 1.2   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Carne de Porco | 40.5            | 0.0    | 88.5   | 29.23 | 0.0       | 20.4 | 63.4 |
| Peixe          | 90.5            | 0.0    | 18.4   | 0.9   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Ovos           | 97.6            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Frutas         | 92.5            | 0.0    | 28.1   | 1.6   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Verduras       | 33.3            | 0.0    | 27.3   | 4.0   | 0.0       | 1.4  | 6.4  |
| Repolho        | 76.2            | 0.0    | 9.7    | 0.4   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Tomate         | 52.4            | 0.0    | 3.6    | 0.7   | 0.0       | 0.0  | 1.2  |
| Cebola         | 0.0             | 0.2    | 3.3    | 1.4   | 0.7       | 1.2  | 2.2  |
| Abóbora        | 97.6            | 0.0    | 0.0    | 0.0   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Açucares       | 40.5            | 0.0    | 23.9   | 5.7   | 0.0       | 4.8  | 9.9  |
| Óleos          | 81.0            | 0.0    | 9.6    | 1.1   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |
| Amendoim       | 31.0            | 0.0    | 47.3   | 13.1  | 0.0       | 12.2 | 19.4 |
| Coco           | 85.7            | 0.0    | 8.3    | 0.7   | 0.0       | 0.0  | 0.0  |

#### 4.5.2. Acesso Alimentar Versus Disponibilidade de Recursos

Como é referido no início da secção 3 do capítulo 4, os idosos beneficiários de subsídio de alimento dependem muito de mercado como fonte de comida. Para avaliar o custo calorias dos principais produtos consumidos pelos idosos participantes e não-participantes do programa os preços por unidades típicas foram transformados a preço de 100 gramas deste mesmo produto. E na base de calorias por 100 gramas de um determinado produto calculou-se o preço por calorias dos principais produtos. Assim o preço por calorias de um produto comprado por unidade típica é dada pela equação:

$$P_y = P'_y / C_y \quad \text{onde:}$$

$P_y$  – é o preço por caloria de produto  $y$

$P'_y$  – é o preço por 100 gramas de produto  $y$

$C_y$  – Calorias por 100 gramas de produto  $y$ , já ajustado pelo parte não-comestível

Os preços por unidades típicas, por 100 gramas de produto e o preço nominal por caloria dos principais produtos consumidos pelos idosos comprados por unidades típicas são apresentados na tabela 23.

Em termos de custo por caloria a batata-doce é a fonte com preço muito baixo de todos e peixe de 2ª é a fonte de calorias com preço mais alto que todos produtos consumidos. Contudo as preferências de consumo dos agregados familiares não recaem na batata-doce apesar desta fonte ser a fonte de calorias mais baixo (0.22 MT por caloria) comparativamente ao pão que custa 1.65 a 2.66MT por caloria.

O custo por caloria de carne de porco (9.52 MT) que constitui a segunda principal fonte de calorias é mais alto que o custo por caloria de feijão nhemba (1.61) ou uma outra fonte de proteína. O custo por caloria provenientes de cacana (10.87) e de folhas de abóbora (6.68), de feijão nhemba (12.64) e de bata doce (7.11) de que muitos vulneráveis dependem são muito caras em comparação as fontes bem conhecida como fontes carboidratos: batata-doce (0.22), milho em grau (1.26) e feijão nhemba (1.61). As verduras são importantes como fontes de vitaminas, não como fontes de calorias.

Tabela-23: Preço Nominal por Calorias dos Principais Produtos Consumidos pelos Idosos,  
Comprados a Preço por Unidade Típico, Novembro 1997-Janeiro 1998

| Produto                      | Unidade Típica | Preço Médio Por Unidade Típica (Mt) | Preço Médio Por Kg em (MT) | Preço Médio Por 100g em (MT) | Calorias Por 100g de Produto ** | Preço por Caloria em (MT) |
|------------------------------|----------------|-------------------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| Farinha Milho Branco         | Lata           | 3500                                | 5645                       | 565                          | 361                             | 1.56                      |
| Milho em Grau                | Lata           | 2500                                | 3049                       | 305                          | 242                             | 1.26                      |
| batata-doce                  | Montinho       | 200                                 | 2083                       | 208                          | 96                              | 0.22                      |
| Arroz Corrente               | Lata           | 4500                                | 5300                       | 530                          | 355                             | 1.49                      |
| Mandioca                     | Montinho       | 5000                                | 2179                       | 218                          | 130                             | 1.67                      |
| Pão Médio                    | Unidade        | 1750                                | 6730                       | 673                          | 253                             | 2.66                      |
| Pão                          | Unidade        | 500                                 | 7184                       | 718                          | 253                             | 1.65                      |
| Macarrão                     | Lata           | 6000                                | 11320                      | 1132                         | 330                             | 3.43                      |
| Feijão Nhemba                | Lata           | 5000                                | 6410                       | 641                          | 399                             | 1.61                      |
| Feijão Manteiga              | Lata           | 11000                               | 13750                      | 1375                         | 335                             | 4.10                      |
| Carne de Porco               | Montinho       | 10000                               | 20000                      | 2000                         | 210                             | 9.52                      |
| Papaia                       | Unidade        | 2000                                | 2200                       | 220                          | 27                              | 8.15                      |
| Folhas de Batata-doce        | Montinho       | 500                                 | 2632                       | 263                          | 37                              | 7.11                      |
| F de Feij.Nhemba             | Montinho       | 500                                 | 1389                       | 139                          | 11                              | 12.64                     |
| Folha de Abóbora             | Montinho       | 500                                 | 1470                       | 147                          | 22                              | 6.68                      |
| Cacana                       | Montinho       | 500                                 | 6250                       | 625                          | 58                              | 10.87                     |
| Matapa                       | Montinho       | 500                                 | 3125                       | 313                          | 27                              | 11.57                     |
| Tomate*                      | Montinho       | 1000                                | 2778                       | 278                          | 18                              | 15.43                     |
| Amendoim                     | Copo           | 1500                                | 8824                       | 882                          | 407                             | 2.18                      |
| Açúcar                       | Copo           | 2000                                | 8000                       | 800                          | 389                             | 2.06                      |
| Peixe da 2 <sup>a</sup>      | Vara           | 5000                                | 22222                      | 2222                         | 72                              | 30.86                     |
| Peixe Carapau 3 <sup>a</sup> | Montinho       | 5000                                | 10204                      | 1020                         | 51                              | 20.00                     |

\* Tomate em deterioração

\*\* A Percentagem da parte não comestível já foi retirada.

Procurou-se investigar porque os pobres idosos não estão a depender mais de fontes de calorias mais baratas. Para verificar a relação existente entre as calorias consumidos provenientes das diferentes fontes de produtos carboidratos que constituem a base alimentar típica do vulnerável comprado por unidades típicas e o preço por caloria foi feita uma correlação. A correlação de 8 principais produtos fonte de carboidratos é *significativamente negativa*, quando o preço por unidade típica aumenta a percentagem de calorias consumido por agregado familiar diminui como é apresentado pela tabela 23.

Tabela 24: Correlação de 8 principais produtos fontes de carboidratos entre a Percentagem de Calorias Consumidas e os Preços por Unidade típica, Por Kilograma e por Caloria

| Correlação                        | Preço por Unidade Típica | Preço por Kg | Preço por caloria |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------|-------------------|
| Percentagem de Calorias Consumida | -0.7088                  | 0.1012       | 0.0410            |

Esta correlação explica o consumo optado pelos idosos de comprar os produtos por unidades típicas como montinhos e latas é devido à disponibilidade financeira limitada que não permite a compra por quilograma. Quanto maior for o preço por unidade típica menor é a percentagem de calorias consumidas. Ao contrário, nenhuma relação significativa existe entre a percentagem de calorias consumida e o preço por caloria e por unidade quilograma o que significa que os idosos não estão a considerar o preço por caloria. Os gráficos 1 e 2 ilustram melhor a correlação existente a fonte de calorias e preço por unidade típica. O único alimento que está fora desta relação é batata-doce que tem o preço por unidade típica muito baixo também que o preço por caloria mais baixo do que todas as outras fontes de carboidratos, contudo o nível de consumo também é baixo. Uma explicação provável para este facto é que o batata-doce precisa de mais tempo para preparar de que as outras fontes carboidratos e este é uma limitação significativa para os idosos.

Outra provável explicação não menos importante esta relacionado com os hábitos e costumes alimentares. Ao nível da cidade de Maputo a batata-doce é mais consumida com um ingrediente de um prato vulgarmente conhecido por "xiguinha" cuja preparação requer outros ingrediente e também maior tempo que constituem uma limitação.

As principais fontes de calorias na dieta dos idosos quer participantes quer os não-participantes são o pão, milho, carne de porco, açúcar castanho e amendoim. Para carboidratos as principais fontes são pão, milho, açúcar, arroz corrente, e mandioca. Para proteínas principais fontes são carne de porco e amendoim. Amendoim e óleos alimentares constituem as principal fontes de gorduras. Muitos dos principais produtos são comprados em unidades típicas.

Gráfico 1: Correlação de 8 Principais Produtos Fontes de Carbohidratos dado em Percentagem de Calorias por Preço por Unidade Típica

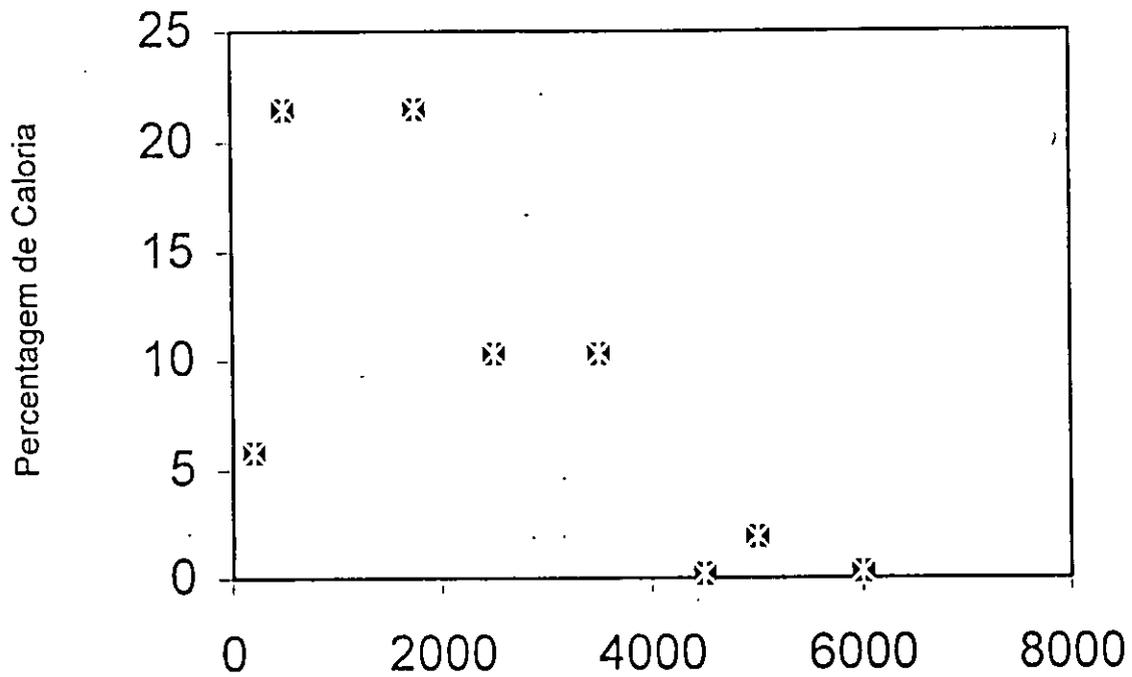
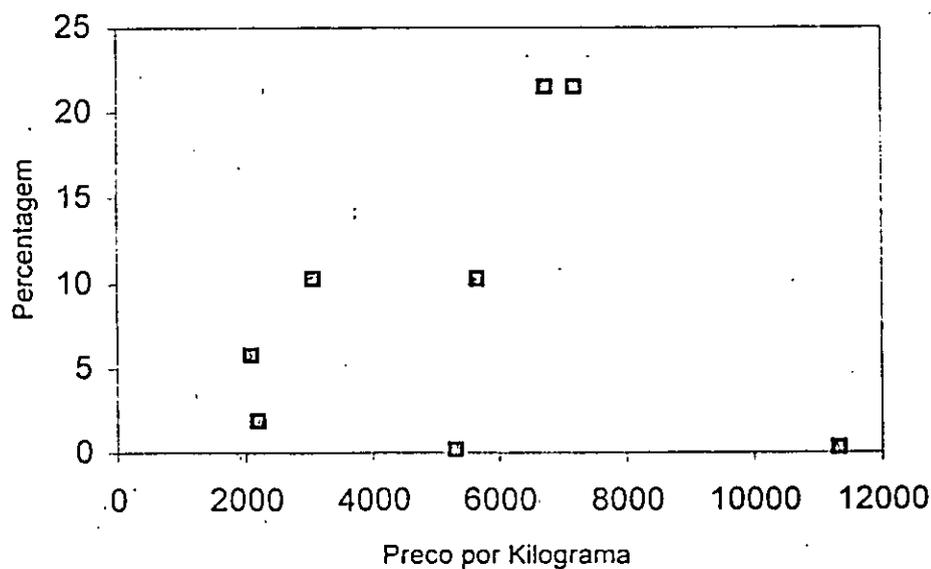


Gráfico 2: Correlação de 8 Principais Produtos Fontes de Carbohidratos dado em Percentagem de Calorias Consumidas por Kilograma



#### **4.5.3. Algumas Alternativas no Consumo do Idoso Segundo o Seu Cabaz Típico**

Como se referiu antes a disponibilidade de recursos determina que produtos a serem consumidos pelos idosos. Assim procurou-se investigar quais os produtos que constituem o cabaz típico do idosos vulnerável na cidade de Maputo segundo os seus hábitos e costumes e qual é o seu custo.

Na Tabela 23 estão reportados 16 produtos que constituem o cabaz do idoso e o seu respectivo valor dado em meticais por calorias. Neste cabaz a carne de porco e pão são as principais fontes de calorias e o peixe, macarrão e arroz correntes são as piores fontes de calorias.

Em termos de preço médio por calorias as piores fontes têm preços mais caras para o idoso como é o caso de peixe com 25.43 MT. As calorias da fonte batata-doce são as mais baratas no cabaz seguidas de farinha de milho (0,22 e 1,14 MT, respectivamente). O valor médio de cabaz típico do idosos na cidade de Maputo é de 4.75 MT por caloria. Assumindo que este cabaz é típico e desejável, o subsídio actual de 32000 MT por mês está a assegurar o equivalente de 225 calorias por dia por uma pessoa beneficiária

Na base do valor médio de um cabaz típico é possível avaliar quanto deve ser o valor de subsídio no sentido a atingir as necessidades básicas alimentares dos mais vulneráveis como rege o primeiro objectivo do estatuto orgânico de INAS.

Na Tabela 24 estão apresentados 7 alternativas de quantidades de calorias e os seus respectivos custos calculados na base do valor médio do cabaz típico (Tabela 23). A primeira alternativa de 225 Kcal constitui a situação actual que não tem efeitos significativos no consumo do idoso participante em comparação com o idoso não-participante. A sexta alternativa garante os requisitos de 1700 Kcal mínimos necessários para a sobrevivência por pessoa por dia. Com esta composição da dieta para garantir o mínimo das necessidades básicas alimentares o valor a pagar como subsídio deve ser de 242.010,03 MT por mês que corresponde a 8067,01MT por dia.

Para garantir 2200 Kcal o mínimo normal necessários por pessoa por dia que constitui a sétima alternativa o governa através do INAS teria que pagar como subsídio de alimento 313189,80 MT por mês por agregado familiar com uma pessoa correspondente a 10438,66 MT por dia.

Tabela-25: Custo de Sete Alternativas de Quantidade de Calorias por Pessoa por Dia e por Mês Calculados na Base do Custo de Cabaz Típico de Vulneráveis Beneficiários de Subsídio de Alimento de Ex-GAPVU se o Governo Moçambicano desejar garantir o Mínimo

| Valor Médio do Cabaz por Calorias | Quantidade de Calorias e os Respective Custos como Alternativa no Consumo do Idoso |          |          |          |           |           |          |           |
|-----------------------------------|--|----------|----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|
|                                   |  | 225      | 250      | 500      | 750       | 1000      | 1700     | 2200      |
| 4.7453                            | Por Dia  | 1067.69  | 1186.33  | 2372.65  | 3558.96   | 4745.30   | 8067.01  | 10438.66  |
|                                   | Por Mês  | 32030.76 | 35589.75 | 71179.50 | 106769.25 | 142359.00 | 242010.0 | 313189.80 |

Mas em termos de política alimentar a área ou intervalo provável de intervenção do governo é de 250-750 kcal como o objectivo do subsídio é de ajudar não provisar todos os requisitos. Se o governo pretende realmente continuar com o programa de subsídio de alimento no alívio a pobreza dos mais carentes terá que optar em garantir um valor de subsídio que esteja nos intervalos de 71179 MT a 106769 MT por mês para garantir um consumo baixo de calorias mínimas necessárias por pessoa por dia.

Em termos orçamentais isto significa duplicar o valor que está sendo pago actual o que em termos práticos é muito difícil. E a curto prazo é menos provável que o governo venha a satisfazer. Para se alcançar quantidades aceitáveis de calorias equivalentes a 500 Kcal, o mais prático é tomar um conjunto de estratégias ou acções ao nível das comunidades a reconquistares os laços perdidos e a se alimentares de fontes de calorias de preços baixos.

#### **4.6. Outras Fontes de Ajuda dos Idosos**

##### **4.6.1. Ajuda das Congregações Religiosas**

Apcsar de não ser regular a maioria dos idosos entrevistados recebem ajuda de algumas congregações religiosa. A ajuda consiste basicamente em roupa, alimentos, moral, trabalho físico, tratamento medico e até mesmo em dinheiro. A ajuda em dinheiro verifica quando ocorre um falecimento. Os crentes de igreja liderados pelo seu respectivo chefe contribuem para ajudar a pessoa ou família em situação aflita. Ao nível dos idosos entrevistados 30 (71 %) do participantes e 33(82.5%) do não participantes recebem qualquer ajuda das igrejas. Três dos participantes receberam casas e uma vive sob cuidados da igreja que se chama "Espírito de Cristo".

##### **4.6.2. Ajuda diária**

Os idosos mesmos vivendo sozinhos têm relações com vizinhos, netos, filhos e outros parentes onde recebem refeições, água e mão de obra em lavagem de roupa preparação de comida e outros. Em 42 idosos participantes 20 (47.6%) têm diariamente ajuda de vizinhos, filhos, sobrinho, neto e netas. A maior frequência de ajuda diária é prestada por netas e netos que constituem 15% dos agregados familiares seguida de ajuda de esposa ou esposos com (7.5%). Ao nível dos não participantes 17(42.5%) do 40 entrevistados recebem diariamente ajuda diária.

##### **4.6.3. Mecanismos de Sobrevivência**

Ao nível dos distritos II e IV que foram reportados os seguintes mecanismos que constituem as estratégias de sobrevivem na redes informais protecção social. Com a pratica destas estratégias os idosos conseguirem satisfazer as necessidades não básicas como é a compra de capulana que envolve valor muito elevados.

###### **4.6.3.1. Ganho-ganho**

Quer nível dos idosos participantes quer ao nível dos não-participantes, ganho-ganho é praticado por aqueles que ainda detêm forças de praticar um determinado trabalho físico como é de ir buscar água, trabalhos de machamba e outros. Geralmente este são convidados por alguém para ir executar a actividade e no desta recebem alimentos ou dinheiro. Quando é para buscar água recebe 5000,00 MT por lata. Dos 42 entrevistados apenas um idoso pratica ganho-ganho contra 12 (30%) dos 40 idosos não-participantes do programa. Outros ainda vão ao

mercado pedir aos vendedores dos produtos para varrer ou outro serviço para depois ser dado certa uma lata ou um montinho de um dado produto.

#### **4.6.3.2. Xitique**

Geralmente a prática de sistema do crédito *Xitique* ocorre nos idosos beneficiários do programa de subsídio que praticam entre dois conhecidos e na confiança entre estes e acordam o valor. No fim de mês quando recebem um deles tira primeiro 10000,00 MT entrega o amigo e no mês seguinte é a vez daquele que tirou em primeiro de receber. Este mecanismo é condicionado a pagamento de subsídio. Quando mais regular for o pagamento de subsídio mais durável é a prática. Em 42 entrevistados 29 (69 %) revelaram estarem a praticar esta estratégia mas por houve um atraso de 3 meses a prática esteve interrompida. Ao nível dos não-participantes apenas duas revelaram estarem a praticar.

#### **4.6.3.3. Esmola**

A prática de esmola apesar dos perigos que traz para o idoso é uma forma de sobrevivência pelos menos dos cinco entre 40 idosos entrevistados. Os idosos saem ao mercado onde fica uma manhã ou todos a pedir restos de produtos comerciados como tomate, repolho e outros sem nenhuma qualidade para serem consumidos. A prática mais comum que ocorre em muitos idosos não-participantes é de todas sextas-feiras de cada semana saírem pelas ruas a pedirem esmola.

## 5: DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Um dos objectivos do INAS é "garantir a assistência social e económica directa ou outra julgada necessária aos grupos ou indivíduos mais carentes e impedidos de, por meios próprios, de conseguir a satisfação das suas necessidades básicas" (Conselho de Ministros, Setembro de 1997 artigo 2 do Estatuto Orgânico do INAS). O grupo dos idosos que corresponde aos critérios de elegibilidade de INAS é entre outros que não tem a capacidade de trabalhar para satisfazer as suas necessidades básicas quer alimentares quer não alimentares.

O programa de subsídio alimentar não tem impacto significativo no nível de consumo alimentar dos idosos vulneráveis da cidade de Maputo. Isto facto poderia ser comparado ou discutido por outras avaliação efectuadas por Schubert (1995) que conclui dizendo que apesar de ser pequeno o valor pago por GAPVU tinha impacto positivo sem estabelecer termo de comparação. Não possível avaliar impactos de um programa social como é o caso de ex-GAPVU sem utilizar algum termo de comparação. Mesmo Datt (1997) na sua avaliação apesar de ter utilizado uma metodologia diferente e as despesas totais de consumo como um indicador explícito de bem-estar conclui que o subsídio contribui 13% das despesas totais do agregado familiar, que pareceu um montante significativo. Mas não foi possível ter as conclusões definitivas sobre o impacto de programa de subsídio de alimento por falta de um termo de comparação.

Nestes termos de ideias, o nome "o subsidio de alimento" implica que iria aumentar os gastos totais de consumo alimentar ao nível dos vulneráveis participantes do programa. Contudo nem todo valor de subsídio é utilizado para satisfazer as necessidades básicas alimentares porque os vulneráveis têm outras necessidades básicas não-alimentares também a satisfazer. Dos 32000.00 MT transferidos pelo governo através do INAS equivalem 225 kcal por pessoa per dia dado o custo das calorias em Maputo.

Aproximadamente só  $\frac{3}{4}$  de subsídio é utilizado para satisfazer as necessidades básicas alimentares e a sua contribuição actual em calorias é inferior a 1700 kcal por pessoa por dia. A este nível não se observa um impacto significativo no nível do consumo calorífico nos participantes do programa.

O nível média de consumo dos participantes e não-participantes esta a volta de 1400 kcal é muito baixo dos níveis mínimos requeridas de 1700 Kcal mínimas de sobrevivência por dia por pessoa e de 2200 Kcal mínimas normal por dia por pessoa. Por exemplo, se o governo decide

dé pagar como subsídio 70000 MT mensalmente, estima-se que 17500 MT vão ser utilizados para as necessidades não-alimentares (lenha, medicamentos) e o 52500 MT que ficam vai contribuir 370 kcal por dia a dieta que dará um nível de consumo de 1600-1750 kcal por pessoa por dia, perto do nível mínimo de sobrevivência.

Em termos orçamentais isto significa duplicar o valor que está sendo pago actual o que em termos práticos é muito difícil. E a curto prazo é menos provável que o governo venha a satisfazer. Para se alcançar quantidades aceitáveis de calorias equivalentes a 500 Kcal, o mais prático é tomar um conjunto de estratégias ou acções ao nível das comunidades a reconquistares os laços perdidos e a se alimentares de fontes de calorias de preços baixos. Programas de educação nutricional seriam necessários para orientar as comunidades no sentido de aproveitarem melhor as fontes de calorias menos caras.

Se através do INAS o governo quer garantir as necessidades básicas dos mais carentes subsidiando um determinado nível de calorias a ser complementados por outras fontes é preciso pagar um montante mais alta. É claro que o governo não pode cobrir todos os custos da vida dos mais carentes e assim, o montante escolhida deve balançar a necessidade de não incentivar os parentes e vizinhos de ajudar os idosos enquanto assegurar um nível do consumo suficiente para conseguir uma existência saudável.

É importante enfatizar que mesmo sem uma diferença significativa em termos do nível do consumo alimentar, há benefícios aos participantes em termos de alívio de necessidade de praticar ganho-ganho, pedir esmola, e depender de doações de comida dos vizinhos e parentes se compararmos com os não-participantes.

Este facto dá mais dignidade e estímulo a vida dos idoso pobre que é um benefício do programa que é muito difícil a quantificar mas é um ponto chave que emergiu das entrevistas informais deste inquérito e da pesquisa de Schubert (1993).

Em relação aos critérios de elegibilidade, estes sobretudo para os idosos devem ser revistos á realidade do idoso vulnerável tomando em consideração que estes são indivíduos muito susceptíveis a doença e outras situações. Apesar das reformas que estão surtir efeitos positivos ainda se verifica no programa subsídio de alimento beneficiários não qualificados pelos

critérios de elegibilidade em vigor.

Uma razão para isso é que as condições/critérios que existem são muito difíceis a aplicar. O teste de meios não é realística dado as mudanças no custo de vida em Maputo. Além disso, talvez não é realístico de exigir que um idoso carente não pode morar com uma pessoa de idade activa. Pelas observações efectuadas um idosos que estivesse a viver com uma e só uma pessoa em idade activa (18-59 anos) desempregado mas que não esteja a desenvolver alguma actividade de rendimento frequentemente são tão carentes que eles qualificar para o subsídio.

### **5.1. Principais Constrangimentos**

Ao nível de programa de subsídio de alimento foram identificados os seguintes constrangimentos:

➤ **Reduz a possibilidade de relações de troca entre os participantes e os seus parentes ou amigos.**

Pelos critérios que os idosos tem que reunir para serem beneficiários muitos deles perdem determinadas relações de entre-ajuda com os pessoas amigas e mesmo parente que estava desempregado. Constatou-se que em quase todos idosos entrevistados não revelares que estão a viver com uma pessoa em idade activa ou que esta a receber a ajuda de um parentes até mesmo de congregações religiosas com receio de perder o seu directo como beneficiário mas que em termos de bem-estar não revelasse factos comprometedoras. Ao nível dos idosos participantes notou-se que muitos poucos declaram ter boas ralações com os vizinhos para desenvolver as relações de troca.

➤ **Falta de conhecimento**

A falta de conhecimento dos idosos não-participantes sobre os critérios de elegibilidade cria em mal entendido que minam as boas relações entre o permanente e os idosos. Porque para muitos idosos o permanente é que decide-se este deve ou não receber o valor de subsídio.

➤ **Maior tempo de espera na obtenção de resultado**

Muitos dos idosos não-participantes tem tentaram ser beneficiários concorrem a dois anos atras e que até a altura de estudo não tinham obtido o resultado. Para alguns não-participantes a falta de bilhete de identidade constitui um dos documentos mais difícil de tratar mesmo como as

instruções feitas pelos delegado provincial do INAS aos permanentes. O desempenho de alguns permanentes ainda continua fraco facto que é agravada pela falta de conhecimento de critérios por parte de alguns chefes de quarteirão.

#### ➤ **Atrasos nos períodos de pagamentos**

Os atrasos de pagamentos que tem se verificado tem afectado negativamente na confiança dos e entre idosos na pratica de alguns mecanismos de sobrevivência com maior incidência na pratica de xitique.

## 5.2. Conclusões

Com as reformas introduzidas em 1996 o número de beneficiários abrigados pelo programa reduziu. Contudo ainda existem agregados familiares beneficiários de subsídio de alimento que segundo os critérios de elegibilidade não são qualificados como tal. Para evitar que nas mesmas condições exista um agregado familiar a se beneficiar e outro não, ao nível dos idosos os critérios de elegibilidade devem ser revistos e adequados a realidade do grupo alvo segundo os objectivos que o programa pretende alcançar.

Ao nível da cidade de Maputo, os idosos vulneráveis e beneficiários de subsídio de alimentos estão a viver com mais membros em idade activa (18-59) do que os idosos vulneráveis não-beneficiário.

No que diz respeito a habitação, a maioria dos idosos beneficiários vivem em casas relativamente em boas condições que os não-beneficiários, 25% dos idosos não-participantes habitam casas em condições bastante precárias. O valor da despesas da renda de casa pago pelos idosos não-participante é muito menor em relação aos idosos vulneráveis participantes. Isto indica que existe idosos qualificados a receber o subsídio mas que não devia estar integrados no programa.

Em relação a fonte de alimentos, mais de 50% dos idosos vulneráveis da cidade de Maputo não se alimentam de produção das machambas próprias nem das doações dos parentes. Os idosos beneficiários de subsídio de alimentos são mais dependentes do mercado que os não-participantes. Devido a disponibilidade financeira os pobres os agregados familiares vulneráveis não optam comprar os produtos em unidades padronizadas e são mais dependentes de fontes de calorias mais caras.

O consumo per capita médio no valor de 6667 MT o significa que o subsídio de 32000,00MT pago pelo INAS cobre apenas as despesas alimentares de 4,8 dias para um agregado familiar com uma pessoa se todo o subsídio for gasto em alimentos. Mas, estimamos que ao nível dos agregados familiares participantes, só 72,5% do valor de subsídio é despendido em necessidades alimentares básicas. A composição da dieta ao nível dos idosos vulnerável da cidade de Maputo não difere entre os participantes e não-participantes e é muito fraca em

termos de qualidade e diversidade. No consumo diário dos idosos vulneráveis, o pão é o produto mais importante que contribui com 16,5% nas despesas totais gastos para os não-participantes e 13.2 % para os participantes seguido de carne de porco e farinha de milho.

Os valores totais de consumo diário ao nível dos idosos vulneráveis na cidade de Maputo não diferem entre os agregados familiares participantes e não-participantes no programa de subsídio de alimentos. Estes valores são baixos e reflecte o baixo nível de consumo calorico requerido por pessoa por dia. Quer nos idosos beneficiários de subsídio alimentar quer nos não-beneficiários nas necessidades de 1700 Kcal mínimas para a sobrevivência por pessoa por dia e mínimas por equivalente não são atingidas por média dos idosos.

Os idosos vulneráveis beneficiários têm um cabaz típico no valor de 4,75 MT por caloria e na base deste o programa de subsídio de alimentos garante pouco menos de 225 Kcal por dia por pessoa num agregado familiar com um pessoa. O programa de subsídio alimentar não tem impacto significativo no nível de consumo dos idosos vulneráveis da cidade de Maputo.

Xitique e ganho-ganho e pedir esmola são os mecanismos praticados pelos vulneráveis sendo xitique o mais praticado pelos idosos participantes do programa de subsídio alimentar.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

### **B1. Ao nível do INAS**

O Instituto Nacional de Acção Social (INAS) antes de introduzir a nova filosofia seria melhor rever primeiro os critérios de elegibilidade do subsídio de alimentos sobretudo na categoria dos idosos para:

1. Procurar retirar o subsídio a todos agregados familiares não qualificados que persistem no programa que por má aplicação dos critérios de elegibilidade ou facilitação foram abrangidos.
2. Tornar mais consistente os critérios de elegibilidade ao nível do permanentes, secretários /chefes de quarteirões e activistas que garantem o sucesso ou fracasso dos programas implementados pela Instituição. Incluir nas actividades de divulgação dos critérios de elegibilidade programas especificamente para secretários, chefes de quarteirão e alguns líderes religiosos.
3. Pesquisar e buscar experiências de outras Instituições para melhor direccionar os diferentes programas que constituem a nova filosofia para aqueles agregados que de facto são os mais carentes no âmbito de alívio a pobreza.
4. Assegurar o pagamento regular do subsídio de alimento.

### **B2. Ao nível do governo**

Se o governo pretende continuar como o subsídio de alimento para garantir no consumo diários dos mais carentes alguns níveis aceitáveis de calorias pode optar em escolher umas das alternativas a pagar como subsídio de alimento na base do valor médio de cabaz típico do vulnerável. Este base tem de ser recalculado cada ano e o montante deve ser ajustado sucessivamente.

Um subsídio possível de criar um impacto no nível do consumo diário com uma intervenção de entre 500 Kcal a 2200 Kcal diários. Porque o programa integra muitos agregados familiares e

os recursos orçamentais são limitados, o intervalo de subsídio poderá equivalente a entre 500 a 750 Kcal por dia o correspondente aproximadamente de 70000 a 105000 MT por mês por idoso qualificado. Para se alcançar estas quantidades um conjunto de acções devem ser tomadas de formar que em tornar de valor não veja a constituir uma grande despesa no orçamento do Estado.

### **Educação Nutricional**

Para se alcançar quantidades aceitáveis de calorias equivalentes a 500 Kcal, o mais prático é tomar um conjunto de estratégias ou acções ao nível das comunidades a reconquistares os laços perdidos e a se alimentares de fontes de calorias de preços baixos. Programas de educação nutricional são necessários para orientar as comunidades no sentido de aproveitarem melhor as fontes de calorias menos caras.

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. Bahule,(1999). Comunicação Pessoal em entrevistas informais.
2. Conselho de Ministros: Decreto no 16/93 in Boletim da República 2<sup>o</sup> Suplemento. I Série-N<sup>o</sup> 34 (Agosto,1993). INM-Maputo
3. Conselho de Ministros: Decreto no 28/97 in Boletim da República 2<sup>o</sup> Suplemento. I Série-N<sup>o</sup> 37 (Setembro,1997). INM-Maputo
4. Datt, G. (1997). Definições e Conceitos na Análise de Pobreza in Curso Regional de Pós-Graduação: SADC, UEM e IFPRI. Maputo.
5. Datt G., E. Payongayong, J. Garrett, and M. Ruel (1997). Estudo do Caso: Avaliação do Impacto do Programa do GAPVU .UAP. Maputo.
6. Deaton, Angus (1992). Understanding Consumption. Oxford: Clarendon Press.
7. Fidalgo, L. and I. Fortes (1995). Modulo1. Introdução dos Conceitos de Segurança Alimentar e Nutrição, Ministério de Saúde (Não Publicado), Maputo.
8. Grosh, Margaret E.(1994). Administering Targeted Social Programs in Latin Ameica. From Platitudes to Praticce. The World Bank. Washington, D. C.
9. Grosh, Margaret E. and Juan Muñoz. (1996). "Annex X. Calculation Basic Consumption Aggregates" in A Manual for Planing and Implementing Living Standards Measurement Study LSMS Working Paper Number 126. The World Bank, Washington D. C.
10. GAPVU.(1996). Guião De Operações do Programa de Subsídio de Alimentos
11. INAS. (1997).Proposta de programa Comida pelo Trabalho. Comunicação Interna (Não Publicado)

12. Levin, C. (1991). Rural Household Data Collection in Developing Countries: Designing Instruments and Method For Collecting Consumption and Expenditure Data, Cornell Food and Nutrition Policy Program Working Paper (October, 1991), Ithaca, New York.
13. Mettrick, H. (1993). Development Oriented Research in Agriculture; An ICRA Text Book. Holanda.
14. Rodrigue, A. (1994). Crédito Rural. Sistemas de Poupança e Crédito no Meio Rural. Extra N<sup>o</sup> 4, Ministério de Agricultura, Maputo.
15. Roger, Beatrice L (1994). Mission to Review Urban Safety Net Programs in Mozambique. Mimeo ,
16. The World Bank, (1996). Best Practices on Social Assistance and Poverty Targeted Programs. Washington, D. C., Mimeo.
17. Schubert, Bernd. (1993). Assistência Social para Agregados Familiares Indigentes Urbanos Parte de Rede de Suporte Social em Moçambique. Uma Avaliação do Esquema de Transferencia de Numerário do GAPVU. Maputo.
18. Schubert, Bernd. (1995). Participatory Social Appraisal of the GAPVU Cash Transfer Scheme. Mimeo, Maputo.
19. Sahn, D. (1996). Exchange Rate, Fiscal and Agricultural Policies in Africa: Does Adjustment Hurt the Poor?, in World Development. Vol 24, N<sup>o</sup> 4.
20. UAP. (1995). Impact Evaluation of the GAPVU Program: A Preliminary Report, Ministry of Planning of Finance, Maputo. Mimeo.
21. UAP. (n.d.a) GAPVU A National Program to Secure the Survival of Destitute Households in 13 Cities of Mozambique. Mimeo.

22. Vugt, A. V. (1992). Estratégias De Sobrevivência “ Organização de Força de Trabalho. Ministério de Agricultura, Maputo.

23. Willams, S. R. (1988). Nutrition Throughout The Life Cycle. Times Mirror/Mosby Collge. Toronto.

## TRABALHO DE DIPLOMA

### Inquérito para o agregado familiar

DISTRITO URBANO \_\_\_\_\_

BAIRRO \_\_\_\_\_

QUARTEIRÃO \_\_\_\_\_

AGREGADO FAMILIAR \_\_\_\_\_

DATA DE VISITA \_\_\_\_\_

PARTICIPANTE DE PROGRAMA: 1=Sim 2=Não \_\_\_\_\_

NOME DA IDOSA SELECIONADA: \_\_\_\_\_

CÓDIGO \_\_\_\_\_

Autor: G. Bazo

Supervisora: Dra. Jan Low

























Anexo 2:



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
Gabinete de Apoio à População Vulnerável  
GABINETE CENTRAL

## **GUIÃO DE OPERAÇÕES DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE ALIMENTOS**

(Secretários/Permanentes das Províncias envolvidos no Programa de Apoio aos Agregados  
Familiares Chefiados por Doentes Crónicos)

**GAPVU**  
Janeiro de 1996

## B. Objectivos do Programa, Grupos-Alvo e Escalões de Subsídio

O Programa de Subsídio de Alimentos é um Programa social do Governo da República de Moçambique.

A base legal do Programa é o Decreto 16/93 aprovado no dia 25 de Agosto de 1993, pelo Conselho de Ministros.

Trata-se de um Programa de transferência monetária cujo objectivo é:

“minimizar as dificuldades, que recaem sobre os estratos mais vulneráveis da população urbana...” (Conselho de Ministros, Agosto de 1993).

O Programa de Subsídio de Alimentos é implementado pelo Gabinete de Apoio à População Vulnerável (GAPVU), uma unidade inicialmente vinculada ao Ministério das Finanças e desde Maio de 1991 se encontra sob tutela da Secretaria de Estado de Acção Social, o actual MICAS.

A tarefa principal do Programa é a de dirigir transferências monetárias às populações urbanas que pertencem às classes sociais com rendimento mais baixo e que, por razões estruturais e conjunturais, não podem beneficiar ou não beneficiam suficientemente de outros Programas de alívio da pobreza.

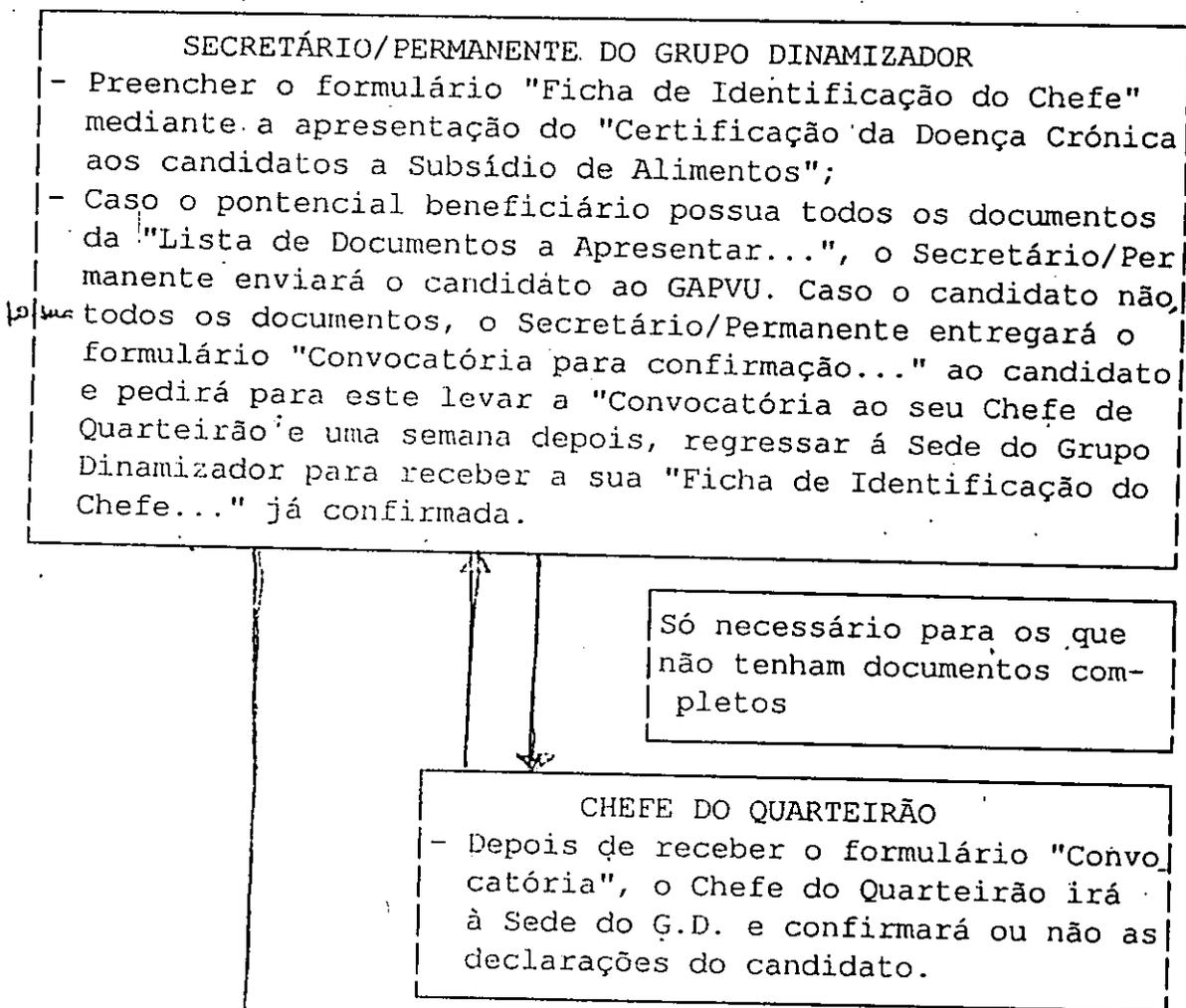
A este grupo pertencem aproximadamente 15% da população urbana de Moçambique.

Os Grupos-Alvo do Programa de Subsídio de Alimentos são indivíduos ou agregados familiares que vivem nas cidades capitais de Províncias ou nas cidades de Nacala e Maxixe há mais de 1 ano cujo rendimento per capita não ultrapassa 32.000,00 Mts por mês, e que são:

- a) Indivíduos idosos, de ambos os sexos, com idade superior a 60 anos, desempregados, que vivem sòzinhos ou em agregados familiares onde não haja pessoas em idade activa para o trabalho (entre os 18 e 59 anos);
- b) Indivíduos deficientes, de ambos os sexos, com idade superior a 18 anos, que sofram de incapacidade para o trabalho, desempregados, que vivam sòzinhos ou sejam chefes de agregados familiares onde não haja pessoas em idade activa para o trabalho (entre os 18 e 59 anos);

B. FLUXOGRAMA DAS FASES A SEGUIR PELOS CANDIDATOS DOENTES CRÓNICOS CHEFIANDO AGREGADOS FAMILIARES AO SUBSÍDIO DE ALIMENTOS

Programa para apoio aos agregados familiares chefiados por uma pessoa que sofra de uma doença crónica reconhecida pela Saúde, com idade superior a 18 anos, desempregada sem parentes em idade activa para o trabalho (entre 18 e 59 os), sem quaisquer meios de subsistência.



## **C. Critérios de Elegibilidade e Meios de Verificação**

Em ordem a serem elegíveis, os Grupos-Alvo referidos nas alíneas a), b), c), d), e, e f) têm de preencher os critérios sócio-económicos, de residência e clínicos definidos no Artigo 2 do Regulamento do Subsídio de Alimentos.

Os critérios sócio-económicos e de residência são:

### **- Critério de Residência**

Os Candidatos (mães ou tutoras das crianças seriamente malnutridas ou mulheres grávidas seriamente malnutridas) ou pessoas idosas com mais de 60 anos de idade, ou pessoa deficientes ou Doentes Crónicos com mais de 18 anos e Mulheres chefiando agregados familiares devem estar a viver nas capitais provinciais ou na cidade de Nacala ou Maxixe há mais de um ano. Assim sendo, o critério de residência é comum para todos os grupos-alvo.

### **- Critério de Rendimento**

O rendimento per capita mensal do agregado familiar não deve exceder os 32.000,00 Mts.

No caso de idosos, deficientes, doentes crónicos e mulheres chefes de agregado familiar a inexistência da percepção de um subsídio ou pensão de qualquer instituição é condição indispensável.

O critério de residência é verificado através do Cartão de Residente, caso o candidato ou chefe do agregado familiar o tenham. De outra forma, através de uma declaração do chefe de Quarteirão da área de residência do candidato.

O critério de rendimento é verificado através de declarações de vencimento (emitidas pelas entidades empregadoras) dos membros do agregado familiar que trabalham por conta de outrem ou através da declaração do próprio Chefe de Quarteirão (para os outros casos).

### **- Os critérios clínicos são:**

Os critérios clínicos relativamente aos Grupos-alvo referidos nas alíneas b), c), d) e f) são:

Os critérios clínicos para os deficientes físicos, excepto para os paralíticos e deficientes sensoriais são constatados pelos Secretários/Permanentes ou pelos dos bairros. Para os deficientes paralíticos ou sensoriais (cegos, surdos ou mudos) a verificação é feita pelos médicos, técnicos ou agentes de medicina ou pelos enfermeiros designados para emissão das Certificações do Grau de Deficiência.

Os critérios clínicos são verificados pelas enfermeiras das Unidades de Saúde Materno-Infantil enquanto fazem o controlo do peso das crianças até aos 4 anos de idade e das mulheres grávidas. Isto em relação aos Grupos-alvo referidos nas alíneas c) e d) do Regulamento do Subsídio de Alimentos.

- d) No caso de doentes crónicos são consideradas cinco situações clínicas:
- d.1. **Hipertensão arterial** - devem ser considerados os doentes crónicos com tensão arterial superior a 140/95 que careçam para o seu controlo de medicação com anti-hipertensivos e/ou diuréticos de forma permanente.
  - d.2. **Epilepsia** - deve ser considerado qualquer tipo de epilepsia que careça para o seu controlo de medicação anti-epiléptica permanente.
  - d.3. **Asma brônquica** - devem ser considerados os doentes que sofram de crises periódicas de asma carecendo de medicação anti-asmática.
  - d.4. **Insuficiência renal crónica** - caracterizada por altos níveis sanguíneos de creatinina (acima de 134  $\mu\text{mol/l}$ ) e necessidade de medicação permanente das complicações como a anemia, hipertensão, etc.
  - d.5. **Diabetes Mellitus** - caracterizada por níveis elevados de glicose no sangue e carecendo, para o seu tratamento, de medicação permanente.

Os critérios etários são:

Relativamente aos indivíduos idosos, deficientes, doentes crónicos e mulheres chefiando agregados familiares, o critério etário é o seguinte:

- Idade superior a 60 anos no caso dos idosos;
- Idade superior a 18 anos no caso dos deficientes e doentes crónicos;
- Idade superior a 18 anos no caso de mulher chefiando agregados familiares.

Nos quatro grupos-alvo não deve haver:

- Pessoas em idade activa para o trabalho (entre os 18 e 59 anos);
- Pessoas em idade activa ausentes, por motivo do trabalho na África do Sul ou nos outros Países vizinhos da República de Moçambique.

## ACTIVIDADES dos Secretários/Permanentes para alcançarem os RESULTADOS.

1. Os Secretários/Permanentes dos bairros verificam o documento "Certificação de Doença Crónica aos candidatos ao Subsídio de Alimentos" emitida pela Unidade Sanitária.
2. Preenchimento do formulário "Ficha de Identificação do Chefe do Agregado Familiar".
  - a) O Secretário/Permanente pergunta se o candidato, Doente Crónico, tem idade superior a 18 anos, se é desempregado e desde quando ele vive na cidade. Se ele tiver mudado para a cidade há menos de 1 ano e não for desempregado, ele não é elegível e todo o processo tem de ser interrompido neste ponto. Contudo, se a resposta estiver em conformidade com os parâmetros superiormente aprovados, isto é, se ele estiver desempregado e a residir na cidade há mais de 1 ano, o Secretário/Permanente poderá preencher o formulário "Ficha de Identificação do Chefe de Agregado Familiar" desde que satisfaça o requisito que a seguir se menciona.
  - b) O Secretário/Permanente pergunta também ao candidato, Doente Crónico chefiando agregado familiar, quantos filhos tem e as respectivas idades. Se o candidato tiver filhos menores a seu cargo, e a esposa for idosa ele igualmente é elegível, desde que reúna o condicionalismo que a seguir se indica.
  - c) O Secretário/Permanente pergunta também se o candidato vive com outras pessoas em idade activa para o trabalho, isto é, entre os 18 e 59 anos ou se possui algum parente a trabalhar na África do Sul ou num outro País vizinho. Se a resposta for afirmativa em ambos os casos, ele não é elegível e todo o processo tem de ser interrompido neste ponto. No entanto, se ele não estiver a residir com pessoas em idade activa para o trabalho e não tiver parentes a trabalhar na África do Sul ou outro País vizinho, ele é elegível e o formulário "Ficha de Identificação do Chefe do Agregado Familiar" deve ser preenchido.
  - d) Caso seja elegível, o Secretário/Permanente solicita o Bilhete de Identidade, Cédula Pessoal ou qualquer outro documento que comprove a idade do Doente Crónico candidato ao Subsídio de Alimentos e dos restantes membros que façam parte do seu agregado familiar, de acordo com os documentos indicados na "Lista de Documentos a Apresentar na Sede do Grupo Dinamizador", com excepção dos referidos nos pontos 1, 2 e 6.
  - e) Caso o candidato possua todos os documentos mencionados na "Lista dos Documentos a Apresentar na Sede do Grupo Dinamizador", o Secretário/Permanente preencherá a "Ficha de Identificação do Chefe do Agregado Familiar" do seguinte modo:

Com base nos despachos transcritos nos "Mapas de Controlo de Dados", o GAPVU informará aos candidatos sobre os despachos recaídos nas suas petições, mediante a apresentação dos correspondentes recibos. Em caso de deferimento dos processos, o candidato em causa deverá ser orientado pelo Secretário/Permanente ou pelo GAPVU a fim de proceder à entrega de duas fotografias do tipo passe bem como para apresentação do seu Bilhete de Identidade. Informará ainda que os pagamentos serão feitos mensalmente pelo GAPVU, próximo da área de residência nos dias a fixar pelo GAPVU. Informará ainda que o Subsídio se destina para melhoria da dieta alimentar da família; a duração do Subsídio para o Doente Crónico chefiando Agregado Familiar é de doze meses e para a sua renovação deverão anualmente ser analisadas as condições sócio-económicas e etárias do Agregado Familiar chefiado por um Doente Crónico, beneficiário do Subsídio de Alimentos, através de uma visita domiciliária.

#### 6. Realização de sessões informativas com os Chefes de Quarteirão

Os Secretários/Permanentes dos Grupos Dinamizadores deverão realizar sessões informativas com os Chefes de Quarteirão do seu bairro, vincando a necessidade de encaminhar os Doentes Crónicos chefiando Agregados Familiares, com idade superior a 18 anos, desempregados, e onde não haja pessoas em idade activas para o trabalho (entre os 18 e 59 anos), residentes nos seus quarteirões, para as Unidades Sanitárias, com vista à sua possível candidatura para o Programa de Subsídio de Alimentos. Estes, por sua vez, terão de realizar reuniões com os seus moradores a fim de explicar os critérios de elegibilidade do Doente Crónico chefiando Agregado Familiar ao Subsídio de Alimentos.

#### INPUTS a serem fornecidos aos Secretários/Permanentes dos bairros

- Guiões;
- Formulário "Mapa de Controlo de Dados do Doente Crónico chefiando Agregado Familiar";
- Formulário "Convocatória para Confirmação de Dados";
- Rectro-informação;
- Compensação de 2.000,00 Mts por cada caso aprovado.

#### SUPERVISÃO da participação dos Secretários/Permanentes dos Grupos Dinamizadores

Para assegurar que os Secretários/Permanentes executem as ACTIVIDADES e alcancem os RESULTADOS acima descritos, eles serão supervisionados por:

- Chefe da Delegação de GAPVU da Cidade.



# IDENTIFICAÇÃO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU SENSORIAL ELEGÍVEL PARA O PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE ALIMENTOS

|  |                           |                                  |
|--|---------------------------|----------------------------------|
| <b>I. IDENTIFICAÇÃO E RESIDÊNCIA</b>                                 |                           | <b>PROPOSTA N.º</b> .....        |
| Nome .....   |                           | Data de nasc. .... / ... / ..... |
| B. I. n.º .....  | datado de ... / ... / ... | Arq. do Ident. ....              |
| Cidade .....   | Distrito Urbano n.º ..... |                                  |
| Bairro .....   | Célula .....              |                                  |
| Quart. n.º .....   | casa n.º .....            | Rua/Av. ....                     |
| <b>II. IDENTIFICAÇÃO DE TIPOS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU SENSORIAL</b> |                           |                                  |
| <b>A. AMPUTAÇÕES DE MEMBROS SUPERIORES :</b>                         |                           |                                  |
|  | Direito                   | Esquerdo                         |
| 1. Ausência do braço .....   | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>         |
| 2. Ausência da mão .....   | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>         |
| <b>B. AMPUTAÇÕES DE MEMBROS INFERIORES :</b>                         |                           |                                  |
| 1. Ausência da perna (com ou sem prótese) .....                      | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>         |
| 2. Ausência do pé .....  | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>         |
| <b>C. PARALISIA DE MEMBROS :</b>                                     |                           |                                  |
| 1. Braço .....   | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>         |
| 2. Perna .....   | <input type="checkbox"/>  | <input type="checkbox"/>         |
| <b>D. DEFICIÊNCIA SENSORIAL :</b>                                    |                           |                                  |
| 1. Cegueira total .....  | <input type="checkbox"/>  |                                  |
| 2. Surdez total .....  | <input type="checkbox"/>  |                                  |
| 3. Mudez total .....   | <input type="checkbox"/>  |                                  |
| <b>DATA DA INSCRIÇÃO</b> .....                                       |                           | ..... / ..... / 19.....          |
| <p>O Permanente,</p> <p>.....</p> <p>(Nome legível e carimbo)</p>    |                           |                                  |

NB1: Assinele com um «X» nos rectângulos, conforme os casos.

NB2: Envie para a Unidade Sanitária da área da residência o candidato com deficiência sensorial ou com paralisia.

# CERTIFICAÇÃO DO GRAU DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL OU FÍSICA PARA OS CANDIDATOS AO SUBSÍDIO DE ALIMENTOS

Centro de Saúde .....

Certificação n.º .....

## I. IDENTIFICAÇÃO E RESIDÊNCIA

Nome ..... Data de nasc. .... / .... / .....

B. I. n.º ..... datado de .... / .... / .... Arq. de Ident. ....

Cidade ..... Distrito Urbano n.º .....

Bairro ..... Célula .....

Quart. n.º ..... casa n.º ..... Rua/Av. ....

## II. PARÂMETROS CLÍNICOS DE DEFICIÊNCIA

### A. Paralisia causada por pólio ou outras :

Sim

Não

1. Braços .....

2. Pernas .....

### B. Cegueira bilateral (acuidade inferior a 2/10).

### C. Surdez bilateral (que impossibilite ou dificulte de uma forma marcada a comunicação).

### D. Mudez (que impossibilite ou dificulte de uma forma marcada a comunicação).

Data da consulta médica ..... / ..... / 19.....

O Clínico, \*

Confirmo.  
O Director do Centro.

Ass. ....  
(nome legível)

Ass. ....  
(nome legível e aposição do  
carimbo do Centro)

\* — Poderá ser o médico em serviço nesta Unidade Sanitária, o técnico ou o agente de medicina ou o enfermeiro designado para emissão desta Certificação.

NB: Nos rectângulos existentes, indicar com um «X» a situação relativa a cada caso específico e riscar com um traço horizontal as demais situações não aplicáveis ao mesmo caso.

# PROPOSTA DE CONCESSÃO DE SUBSÍDIO DE ALIMENTOS PARA GRÁVIDA MALNUTRIDA

CENTRO DE SAÚDE \_\_\_\_\_

PROPOSTA N.º \_\_\_\_\_

## I. Identificação e Residência

Nome da grávida \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Tempo de gestação (em meses) \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

Distrito Urbano N.º \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Célula \_\_\_\_\_

Quartelão n.º \_\_\_\_\_ Casa n.º \_\_\_\_\_ Rua/Av. \_\_\_\_\_

## II. Parâmetros nutricionais

Anomia \_\_\_\_\_

Variação média mensal de peso não superior a 500 Grs. \_\_\_\_\_

Variação média mensal de peso não superior a 900 Grs. \_\_\_\_\_

(Gravidez gemelar)

## III. Parâmetros sociais

Número de pessoas do agregado familiar \_\_\_\_\_

O chefe de família vive nesta cidade desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A grávida vive nesta cidade desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## IV. Consulta Pré-Natal

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_

A Enfermeira, (\*)

O Director do Centro,

Ass. \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

(Nome legível)

(Nome legível e carimbo do Centro)

\* — A enfermeira que prestar falsas declarações serão imputadas responsabilidades nos termos da Lei.

SUBSÍDIO CONCEDIDO

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_

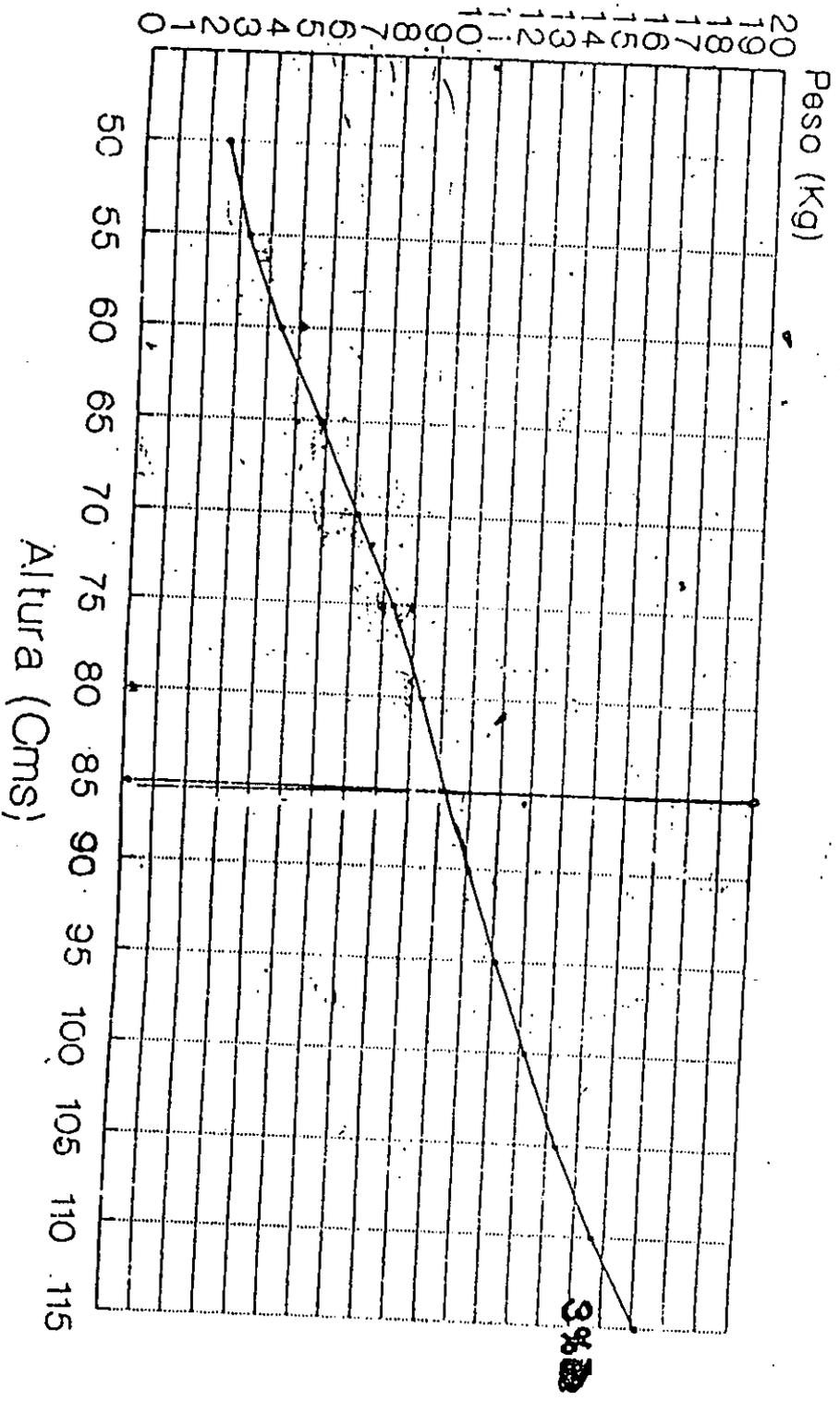
Sim

Não

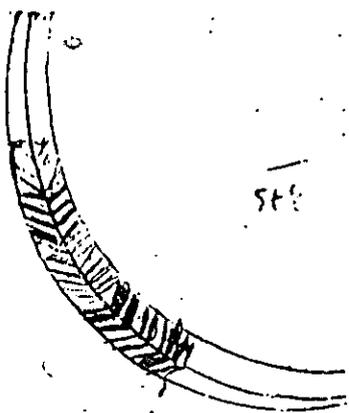
GAPVU  
PROCESSO N.º .....  
Nome: .....  
Grupo-Alvo: .....  
Distrito Urbano n.º .....  
Cairro: .....  
Quartelão: .....  
Casa n.º .....  
DESPACHO: .....  
Data: ...../...../.....

GABINETE DE APOIO A POPULAÇÃO VULNERÁVEL — MAPUTO  
GAPVU  
PROCESSO N.º .....  
Nome ..... MT  
Grupo-Alvo ..... Membros do Agreg. Familiar .....  
D. U. N.º ..... Bairro: ..... Quart. N.º ..... Casa N.º .....  
Data do despacho ...../...../..... Despacho .....  
Maputo, ..... de ..... de 19.....  
(Assinatura e carimbo)

# PESO POR ALTURA MASCULINO

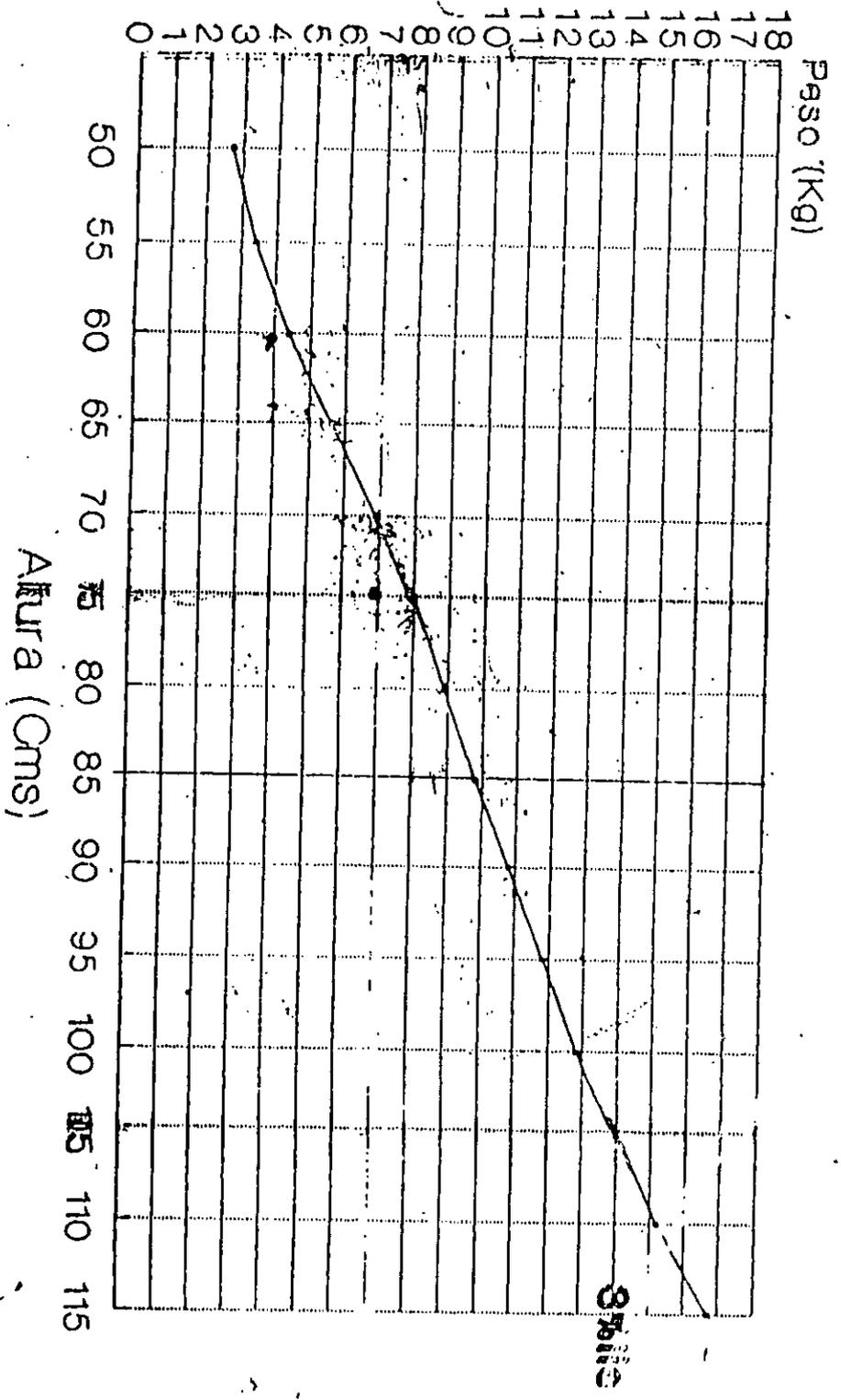


BAP  
 FABR  
*Alfredo*  
 5.4.195



335

# PESO POR ALTURA FEMININO



256  
200

Experimento N° 1  
Q. E. L. C.  
Carr. N° 60

11  
10  
9  
8  
7  
6  
5  
4  
3  
2  
1

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

GABINETE DE APOIO A POPULAÇÃO VULNERÁVEL

a) \_\_\_\_\_

VISTO

O CHEFE DA DELEGAÇÃO

FOLHA DE CAIXA Nº ..... / .....  
 SUBSÍDIO REFERENTE AO MÊS DE ..... ANO .....  
 DATA DO PAGAMENTO: ..... / ..... / .....  
 LOCAL DO PAGAMENTO: .....  
 GRUPOS ALVOS DO BAIRRO: .....  
 NOME DO PERMANENTE PRESENTE: .....

| Nº DE BENEFICIÁRIOS |       |          |             | VALORES EM NUMERÁRIO      |            |      |              |
|---------------------|-------|----------|-------------|---------------------------|------------|------|--------------|
| TOTAL               | PAGOS | AUSENTES | IRREGULARES | GRUPOS ALVOS              | DISPONÍVEL | PAGO | REMANESCENTE |
|                     |       |          |             | CRIANÇA MALNUTRIDAS       |            |      | AUSENTES     |
|                     |       |          |             | MULHER CHEFE DE AGREGAÇÃO |            |      | IRREGULARES  |
|                     |       |          |             | IDOSOS                    |            |      |              |
|                     |       |          |             | DEFICIENTES               |            |      |              |
|                     |       |          |             | DOENTE CRÓNICO            |            |      |              |
|                     |       |          |             | GRAVIDA MALNUTRIDA        |            |      |              |
|                     |       |          |             | TOTAL                     |            |      |              |

OS PAGADORES

O PERMANENTE

OUTROS TESTEMUNHAS FACULTATIVOS

(a) Designação da cidade

..... DE ..... DE .....

7081e